

**Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Educação**

A História de Vida de um Surdo: análise da emergência de uma identidade e de uma cultura

Dissertação no âmbito do Diploma de
Estudos Superiores Especializados em Educação Especial.

Maria da Graça Esteves Dinis da Silva de Carvalho.

Orientadora:
Dr.ª Orquídea Manuela Braga e Soares Coelho

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO
PORTO, 1999

AGRADECIMENTOS

O meu profundo agradecimento à cooperação e apoio de algumas pessoas, que tornaram possível este trabalho.

À Dr.^a Orquídea Coelho, pela sábia orientação e pela forma amistosa e esclarecedora, como me guiou.

Aos Surdos, em especial ao Baltazar, por partilhar connosco a sua história de vida, dando-nos uma lição exemplar de respeito pela diferença.

Aos amigos, pela total disponibilidade e ajuda incondicional.

Não vou citar nomes, na esperança de que eles se reconheçam nestas palavras.

Ao meu marido, companheiro incansável de todo o meu percurso e, aos meus filhos, Zé Carlos, Bruno e Tó, pela paciência e compreensão manifestadas durante a minha ausência. Eles sabem, que é deles que vem, a força que me encaminha.

ÍNDICE

	AGRADECIMENTOS	2
 INTRODUÇÃO	4
1.	CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA	6
	OS SURDOS COMO MEMBROS DE UMA MINORIA CULTURAL E LINGUÍSTICA	7
2.	METODOLOGIA	9
2.1.	A ABORDAGEM BIOGRÁFICA – VALORIZAÇÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA	10
2.2.	PORQUÊ O BALTAZAR?	12
2.3.	RECOLHA DA HISTÓRIA DE VIDA	12
2.4.	FASES DA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA	13
2.5.	ANÁLISE DE CONTEÚDO	14
3.	CAMINHOS E PROCESSOS VIVIDOS NUMA HISTÓRIA DE VIDA	16
4.	ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VIDA	29
1.	CONTEXTOS DE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS: PERCURSO ESCOLAR, PROFISSIONAL E POLÍTICO	30
1.1.	QUE EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS/JOVENS SURDOS?	30
1.2.	À PROCURA DE UMA PROFISSÃO	32
1.3.	DIREITO DE CIDADANIA – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	33
2.	RETRATO DE UM MUNDO DIFERENTE E SINGULAR	35
2.1.	COMUNIDADE SURDA	35
2.2.	UMA CULTURA PRÓPRIA	36
2.3.	UMA IDENTIDADE COMUM	37
3.	MODELO DE ENFERMIDADE	38
3.1.	IMPLANTES COCLEARES: MILAGRE? SOLUÇÃO? OU POLÊMICA?	39
	CONCLUSÃO	41
	BIBLIOGRAFIA	42
5.	ANEXO	44
	GUIÃO DE ENTREVISTA	45

INTRODUÇÃO

“Existem momentos na vida em que, aparentemente sem motivo concreto, se pára e olha à volta (...). Se, então, se ficar parado a pensar, poder-se-á olhar de novo e perguntar-se, exclamar-se e mesmo emocionar-se. Desde momento suspenso surge de novo olhar em que a reflexão já deixou as marcas que empurram para uma acção diferente.” (Amaral et al, 1994:19).

Esta sede de conhecimento, vem-nos perseguindo ao longo do tempo, em que tivemos o privilégio de trabalhar com surdos profundos e, ultimamente, através da relação de amizade que desenvolvemos com alguns surdos adultos, na situação de nossos professores de Língua Gestual. Contactar de perto com a sua forma especial de ser e de estar, despertou em nós a vontade de conhecer melhor a sua singularidade e influenciou esta pesquisa.

Por considerarmos que os conhecimentos de que dispomos sobre os surdos são bastantes limitados, deixamo-nos levar pelo entusiasmo de uma descoberta deveras aliciante e, fomos introduzindo no seio da comunidade a pertencem, partilhando dúvidas e questionando situações.

Tentando valorizar a heterogeneidade da sociedade e as respectivas diferenças daí inerentes, podemos com a elaboração deste trabalho, contribuir para uma maior compreensão de uma comunidade, que sendo parte integrante desta mesma sociedade, se considera possuidora de “uma linguagem visual, uma organização social, uma história, com valores morais que lhe são próprios, ou seja (...) com uma linguagem e cultura próprias.” (Lane, 1997: 21).

Porque gostaríamos de saber se é permitido aos membros desta comunidade, exercer uma cidadania plena em direitos e deveres, e respeitadora da sua dignidade, vamos usar o percurso de vida de um dos seus elementos, na tentativa de encontrar respostas às questões por nós formuladas.

Nesta perspectiva, as interrogações que orientam esta pesquisa situam-se no primeiro capítulo e na construção da respectiva problemática. Propomo-nos aqui, procurar respostas para questões relativas à dignidade dos surdos, à especificidade da sua linguagem e da sua história, à sua organização social e até à sua agenda política.

Sendo as pessoas e as suas interações sociais o objecto do nosso estudo, abordaremos no segundo capítulo, o percurso metodológico por nós escolhido, que se pautou pelo recurso ao método biográfico e à análise conteúdo de uma história de vida, como meio de investigação.

Na terceira parte, e, situando-nos na problemática definida, escolhemos os processos e caminhos vividos por um homem, numa postura de total pertença à comunidade surda, procurando, através da sua história de vida, aprofundar determinados aspectos e abrir caminhos para uma maior compreensão dessa mesma comunidade.

Na Quarta parte do trabalho, procederemos à análise da história de vida, entrelaçando os dados colhidos na mesma, com o discurso de alguns autores. A narrativa apresenta-se dividida em unidades de análises que pretendemos articular com as categorias inicialmente definidas.

Chamamos à primeira unidade de análise: *Contextos de experiências sociais - percurso escolar, profissional e político*. Aqui, é referida a interacção que o nosso entrevistado faz os diferentes espaços de vida - família, escola, trabalho e as suas experiências vividas intensamente.

Designada por: *Retrato de um mundo diferente - comunidade surda, identidade comum e cultura própria*, a segunda unidade de análise, exprime a singularidade da comunidade surda e a pertença a uma organização social diferente.

A terceira unidade de análise por nós assinalada como: *Modelo de enfermidade - Implantes cocleares: Milagre? Solução ou polémica?* traduz a maneira como os surdos têm sido caracterizados ao longo dos tempos, pelos ouvintes, através de uma perspectiva médica, considerando assim, a surdez como uma doença, em vez de encará-la por um prisma cultural, defendido pela comunidade surda.

Por último, concluiremos o nosso estudo, apresentando algumas considerações relativas ao contributo dado pelo mesmo, para maior conhecimento da comunidade surda.

1

CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA

1. CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA OS SURDOS COMO MEMBROS DE UMA MINORIA CULTURAL E LINGUÍSTICA

Ao pretendermos reflectir sobre a comunidade surda, enquanto minoria cultural e linguística, tínhamos como principal objectivo conhecer melhor as características distintas deste agrupamento e a sua forma singular de comunicação.

Percorrendo várias gerações, trazendo consigo os diferentes meios de cultura, de tradições com direito à legitimidade, esta minoria “étnica” merecer ser objecto de ponderação por parte de uma sociedade, que nem sempre se comporta de forma adequada com as minorias.

Sabemos que, as comunidades de surdos formam-se através de uma aproximação e assimilação. Os seus elementos agrupam-se desta forma, sem contudo obedecerem a critérios geográficos. *“A razão da sua existência não está numa atitude negativa frente ao mundo dos ouvintes, mas sim num desejo positivo de encontrar-se com outros surdos para conversar, trocar informações, desfrutar de forma relaxada dos seus tempos livres.”* (Marchesi, 1987:172).

Interagir com outros surdos, partilhar de uma consciência colectiva, reflectir sobre problemas semelhantes, usando como meio de comunicação a Língua Gestual, manter a sua identidade de grupo, são prioridades tidas em conta quando este grupo se reúne em associações representativas.

Ao longo dos anos, a nossa sociedade tem aplicado o modelo da “enfermidade” para caracterizar os membros da comunidade surda, não respeitando a sua diversidade cultural, os seus valores, a forma como se organizam e que tipo de linguagem caracteriza esta cultura. Mas, a surdez profunda é *“muito mais que um diagnóstico médico: é um fenómeno cultural, é nele que os modelos e problemas sociais, linguísticos e intelectuais estão estreitamente vinculados”* (Marchesi, 1990:244).

Segundo o seu sistema de valores, os surdos defendem que, não são doentes e sim elementos pertencentes a um grupo social diferente, portadores de uma identidade comum, só utilizando métodos de comunicação que a sociedade deve considerar válidos. Como cidadãos reivindicam a posse de alguns direitos específicos. *“Um desses direitos seria, nesta óptica, o de dispor da sua própria linguagem, adequado dessa forma o seu desenvolvimento, garantindo a sua identidade própria como requisito básico. A par dos direitos inalienáveis à vida, à liberdade, à integridade física e mental e à privacidade pessoal (...) a sociedade confere a todo o cidadão outro tipo de direitos, entre os quais os da liberdade de pensamento, de expressão e de associação.”* (Nunes e Rodrigues, 1998:37).

Mas, métodos de comunicação requerem diferentes formas de transmitir e obter informação. Nesta perspectiva, os surdos consideram que, não pode haver comunicação efectiva, enquanto os ouvintes não dominarem e valorizarem a Língua Gestual, reconhecendo-lhe a sua importância, como meio de acesso à informação existente que permite ao surdo interagir. No entanto, grande parte da bibliografia existente sobre esta matéria, tem vindo a revelar que, através dos tempos, a importância da Língua Gestual não tem sido respeitada nem tem ocupado o lugar que merece, como primeira língua de uma população que a ela recorre, como único meio de se exprimir.

Segundo Bettencourt e Catarino, (1994:49) a Língua Gestual de qualquer país é a Língua Materna dos surdos. Na perspectiva destes autores a Língua Gestual Portuguesa possui como qualquer língua oral uma fonética, uma fonologia, um léxico, uma semântica e uma pragmática. Assim sendo, a língua Gestual permite o acesso às ideias, ao conhecimento, ao discurso, à plena apreensão do mundo.

É por essa razão que os surdos se associam entre si, para conviverem com pessoas que *“falam”* a mesma Língua. Nesse sentido, criam clubes e espaços onde podem comunicar-se e

transmitir a sua cultura, através da Língua Gestual, esquecendo a discriminação de que têm sido alvo, como elementos participativos de uma sociedade maioritariamente ouvinte.

A nossa experiência com surdos tem-nos proporcionado nos últimos anos, momentos inesquecíveis de convívio e de trocas de saberes. Mas, sem dúvida o que mais nos fascinou foi a oportunidade de podermos observar os seus encontros, entre iguais, *“onde discutindo ideias, através de gestos com uma cumplicidade total, (...) tanto no acessório como no essencial, (...) pertenciam assim uns aos outros e (...) era comovente vê-los unidos e perfeitos neste mundo de imperfeição”* (Alves ; 1999:7).

Por considerarmos que no seio de uma comunidade surda existe uma riqueza enorme de conhecimentos e experiências desconhecidas por muitos, decidimos utilizar a trajectória de vida de um dos seus elementos no sentido de conhecermos melhor esta minoria cultural e linguística, desfazendo pré-conceitos, tendo em vista despertar o respeito pela sua língua, pelas suas necessidades e potencialidades. Enquanto os ouvintes não tomarem consciência da possibilidade de comunicar com o surdo, aprendendo a sua Língua, ele continuará a ser “estrangeiro” na terra que o viu nascer.

Introduzimo-nos desta forma no mundo dos surdos, das suas revelações, aprendendo a conhecê-los a partir da própria perspectiva de um deles. Foi para nós surpreendente poder constatar a confiança que eles depositam nas actividades que como grupo podem desenvolver, demonstrando assim uma identidade pessoal muito elevada. Essa identidade própria adopta valores da sua cultura que são transmitidos com orgulho de geração em geração, através da Língua Gestual.

Sendo assim, é nosso objectivo reflectir sobre os surdos enquanto membros da comunidade com direitos à igualdade de oportunidades na educação e trabalho e à oferta de todos os recursos comunitários possíveis, tendo sempre em conta o respeito pela sua especificidade.

No decorrer da análise da História da Vida, abordaremos então a problemática definida, tentando procurar respostas para as seguintes questões formuladas por (Lane; 1997:40):

O que é mais importante para os surdos?

- *A sua dignidade como surdos, os quais muito mais do que os ouvintes operam num mundo espaço-visual, a sua única identidade, quando essa identidade é considerada pelos ouvintes como uma doença que pode ser alterada?*
- *A sua língua, quando os educadores ouvintes a destroem ou recusam a sua utilização, negando, deste modo, o seu estatuto como língua natural?*
- *A sua história que quase nunca lhes é ensinada, visto que tal facto seria um passo para legitimação do modelo cultural, do modo de ser e de estar dos surdos?*
- *A sua organização social e seus costumes, os quais o ensino e a medicina declara inapropriados?*
- *A sua agenda política, quando os ouvintes continuam a diminuir o poder dos líderes surdos em diversas áreas que para eles são as mais importantes?*

2

METODOLOGIA

2. OPÇÃO METODOLÓGICA

O percurso metodológico por nós escolhido nesta pesquisa foi do tipo descritivo, combinando exploração com questionamento, numa situação de diálogo com o informador, visando conhecer melhor uma determinada realidade social, na tentativa de levantar eventuais hipóteses das relações existentes nessa mesma realidade social.

Optámos desta forma, pela utilização de métodos qualitativos, porque nos propomos estudar uma problemática na sua interacção social, sem contudo nos preocuparmos com aspectos generalizáveis, porque na investigação qualificativa os dados são colhidos no ambiente natural, sendo o investigador o principal instrumento e porque esta abordagem defende que só através de descrições das experiências humanas, tal como ela é vivida, é possível conhecer os indivíduos. *“Se todo o indivíduo é reapropriação singular do universal social e histórico que o rodeia, podemos conhecer o social a partir da especificidade irreduzível de uma praxis individual.”* (Ferrarotti, 1979) citado por (Dominicé, 1988:101).

Quando recorremos ao método biográfico e às histórias de vida como meio de investigação, não tínhamos a intenção de formular leis universais. Era nosso objectivo falar de pessoas (neste caso surdas), e das suas interacções sociais, no sentido de fazer uma análise das realidades vividas, reflectindo assim, a partir dessas pessoas, dos seus sentimentos e conhecimentos. *“Valorizar as memórias não quer dizer o regresso (...) a um simples encadeado de descrições factuais e de narrativas pessoais; quer dizer, isso sim que a investigação histórica não pode ignorar a forma como os sujeitos falam das vivências e as elaboram como elementos estruturantes da sua identidade pessoal e profissional.”* (Nóvoa, 1996:206).

Apesar da nossa inexperiência nesta área, o recorrer às Histórias de Vida como forma de pesquisa, foi para nós um desafio, porque estávamos conscientes de que o uso e defesa das mesmas tem vindo a provocar em muitos autores *“tanto argumentos «problemáticos» (...) como virtuosos”* (Conde, 1993:39). É nossa convicção que só beneficiaremos com a reflexão feita aos problemas e virtudes inerentes ao uso dessa metodologia.

Partilhamos a opinião de Nóvoa, 1995:19, quando refere que: *“Apesar de todas as fragilidades e ambiguidades, é inegável que as Histórias de Vida têm dado origem a práticas e reflexões extremamente estimulantes, fertilizadas pelo cruzamento de várias disciplinas e pelo recurso a uma grande variedade de enquadramentos conceptuais e metodológicos.”*

2.1. A abordagem biográfica / Valorização das Histórias de Vida

Esta metodologia surgiu na Alemanha, no final do século XIX, mas já vinha sendo usada de forma sistemática desde os anos 20 pelos sociólogos da escola de Chicago. A recolha das primeiras histórias teve um significado diferente das mais recentes, *“no entanto, desde os primeiros trabalhos americanos, com Boas, que se encontra a preocupação principal das pesquisas actuais: conservar documentos ameaçados de desaparecimento, registar a escuta das últimas testemunhas.”* (Poirier, et al, 1999:11).

A utilização que nos últimos tempos se vem fazendo das abordagens biográficas e o interesse demonstrado pelo recurso às mesmas, resultou do descontentamento das ciências sociais relativamente ao saber gerado, e surgiu como meio de renovar a produzir outras formas de conhecimento.

Deste modo, o uso desta metodologia é fruto do confronto do ponto de vista teórico e conceptual entre a corrente positivista, defensora da quantificação dos dados, do rigor científico baseado na matemática como explicação dos fenómenos sociais, e outra corrente *“hermenêutica”*, cuja unidade de análise é a acção do homem e o significado que o mundo social tem para as pessoas que nele vivem.

A biografia tem procurado desta forma, atribuir ao sujeito um papel central na pesquisa social e à subjectividade um valor epistemológico, privilegiando a História de Vida, enquanto metodologia que permite compreender os fenómenos sociais, partindo do individual. É a partir de trajectórias de vida que se manifestam as decisões tomadas pelos indivíduos para a mudança social. *“Hoje sabemos ou suspeitamos que as nossas trajectórias de vida pessoais ou colectivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio.”* (Santos, 1997:53)

Da crítica feita à objectividade e à intencionalidade dos métodos quantitativos, surge a subjectividade contida no uso da biografia, *“subjectividade inerente ao relato da vida com «textos» onde pesa a «ambivalência da verdade» porque contando o facto subjectivo, são depositários também da representação pessoal e subjectiva desse facto (...) e, ainda facto «recriado» na própria representação de si face ao auditor, no encontro a dois.”* (Conde, 1993:49)

Apresentando-se como um obstáculo ao conhecimento nas Ciências Sociais, de que forma se irá fundamentar então o valor heurístico do problema da subjectividade da História de Vida?

Ferrarotti, (1993) ao querer estabelecer a autonomia do método biográfico, começa por criticar as correntes positivistas, trazendo a subjectividade dos actores envolvidos nas histórias de vida para o campo das Ciências Sociais, dando um valor de conhecimento à subjectividade.

A partir da subjectividade própria de qualquer narrativa têm origem modelos interpretativos onde o indivíduo é visto como um resumo das relações sociais que o envolvem. Sendo assim, só através de uma entrevista biográfica se poderá criar uma relação dialéctica entre o objectivo e o subjectivo, *“...assim se fazendo o caminho de uma “ciência social do particular e subjectivo» para o geral e universal”.* (Araújo, 1990:35)

O homem como *“universal social”* e os seus actos são reflexos da sociedade a que pertence. Esta subjectividade resultante de uma história individual pode ser uma via acesso ao conhecimento científico de um determinado sistema social. Para legitimar o valor heurístico de uma História de Vida a biografia deve ser uma narrativa de experiências vividas num quadro de uma relação interacional. *“Toda a vida humana se revela, até nos seus aspectos menos generalizáveis, como a síntese vertical de uma história social. Todo o comportamento ou acto individual nos parece, até nas formas mais únicas a síntese horizontal de uma estrutura social”* (Ferrarotti, 1988:26).

Da utilização da biografia e da sua relação com os objectivos pretendidos, problemas e objecto a pesquisar, coloca-se o problema de representatividade e consequentemente da opção por uma ou mais histórias de vida.

As leituras efectuadas permitiram-nos concluir de que só no contexto relacionado com a problemática a estudar se pode avaliar que tipo escolher. Sendo assim, justifica-se o uso da biografia singular, porque por vezes basta uma narrativa centrada numa determinada realidade para se poder reflectir sobre a mesma. Por outro lado, quanto é a generalização que está em vista será necessário acumular relatos, cada um confirmando o que antecede. Desta forma *“abordagem biográfica tem, à priori uma dupla disponibilidade: disponibilidade para servir uma lógica de inferência generalista estribada na representatividade «tipológica» dos casos contidos num conjunto de biografias; (...) mas disponibilidade também para servir uma lógica de referência particularista sob o princípio das propriedades individualmente diversivas portanto sensível à singularidade específica do caso escolhido.”* (Conde, 1993:47).

Um dos argumentos usados contra a utilização das histórias de vida, como metodologia científica é o que se refere à mensuralidade qualitativa que dificilmente se traduz em termos

estatísticos e numéricos, não se valorizando a cientificidade do elemento simples inscrito entre as categorias que são colocadas em parâmetros de análise precisa. Isto parece-nos uma falsa questão *“que perpetua uma dicotomia que é somente aparente e que produz, como efeito imediato, a segmentação do indivíduo social, constringido a perder a sua unidade biológica e comportamental fundamental”*. (Cipriani, 1988:121).

Como já vem sendo referido a biografia vem do domínio do qualitativo, é subjectiva e, por essa razão, está muito longe de se identificar com métodos quantitativos. Para esta metodologia conhecer, não significa quantificar, mas sim compreender os fenómenos sociais a partir das atitudes e do sentido que os actores sociais dão às suas acções.

Depois de feita esta breve reflexão sobre as «fragilidades» e «virtudes» do uso do método biográfico e das Histórias de Vida apetece-nos parafrasear Conde (1993:52) quando afirma que essa forma de investigação é capaz de desafiar a segurança frágil de muitas generalizações teóricas.

Então porque não experimentar a biografia?

2.2. Porquê o Baltazar?

A escolha de uma só história de vida recaiu num caso singular, mas possuidor de uma grande diversidade de vivências, demonstrando uma capacidade de reflexão e determinação e uma atitude constante de questionamento sobre as mais diversas situações que envolvem a comunidade surda.

Surdo profundo, desde os treze anos de idade, casado com uma surda profunda, pai de dois filhos ouvintes e avô de crianças ouvintes, convivendo diariamente com surdos e exercendo a sua actividade profissional no seio dos ouvintes, tem vindo a fazer durante anos, a ponte comunicativa entre uns e outros.

Líder de uma Associação há já alguns anos, colocando muitas vezes a defesa dos surdos à frente dos seus interesses pessoais, tem conseguido com o seu dinamismo protagonizar mudanças importantes no que se refere à abertura dos espaços destinados à comunidade surda, à comunidade em geral.

A sua vida tem-se pautado por dedicação total à minoria surda, lutando contra a discriminação social de que têm sido vítimas e pelos seus direitos à educação e ao trabalho.

Com ideias próprias e fundamentadas, mostrando capacidades na elaboração de projectos, opinando sobre temas actuais e polémicos, sem medo Armando Baltazar é, sem dúvida, uma personagem com uma trajectória de vida tão rica que, certamente vai contribuir para que se alcancem os objectivos propostos nesta pesquisa – compreender e interpretar a comunidade surda através dos caminhos e processos vividos por ele, numa postura de total pertença a essa mesma comunidade.

2.3. Recolha da História de Vida

No nosso entender, a recepção de uma narrativa não é um acto passivo, porque envolve intervenientes que trazem consigo posturas susceptíveis de interpretações pessoais e, porque nos coloca o problema da escolha do método a seguir durante a entrevista biográfica, que tem como fim compilar o saber específico do narrador.

Alguns autores apontam a utilização de guiões para recolher metódica e sistematicamente a biografia, porque são constituídos por questões mais ou menos estruturadas, que servem de fio condutor à entrevista. No entanto, *“o uso deste instrumento de análise é delicado, porque o*

inquiridor deve manter uma certa não directividade no interior do guião, tendo este uma função de enquadramento (não deixar o narrador sair do campo da pesquisa) e uma função de precisão (pedir a informação que o narrador não fornece espontaneamente) “ (Poirier e al, 1999:51).

A trajectória de vida recolhida, não seguiu de forma rígida um guião previamente elaborado, devido ao clima de empatia e de abertura criado entre investigador / entrevistado, sendo dada ao último total liberdade de resposta.

E, sendo as entrevistas, procedimentos de recolha de informação, compostas de perguntas elaboradas com um determinado objectivo, tendo em vista a obtenção de certo tipo de respostas, a nossa escolha recaiu sobre uma entrevista exploratória.

No entanto, para recolher uma história de vida, o entrevistador poderá recorrer a um dos três tipos de entrevista: directiva, livre e semi-directiva. Neste caso, optamos por usar a semi-directiva que serviu de base à procura da informação pretendida porque *“a interacção que se estabelece é propícia à criação de uma atmosfera não hierárquica onde investigador e sujeito inquirido exercem mutuamente influências que orientam o desenvolvimento do diálogo”* (Leite e Terrassêca, 1995:73).

O facto de já termos estabelecido um contacto inicial amistoso com o entrevistado e de termos desenvolvido uma relação de confiança, proporcionou-nos um ambiente de cordialidade facilitador de respostas espontâneas. Há já algum tempo vínhamos preparando o *seu “terreno interior”* (Cortesão e Stoer; 1994).

Esse contacto foi feito pessoalmente, e foram aproveitados todos os momentos e espaços para explicar ao entrevistado o objectivo da entrevista, o tipo de informação pretendida, os meios a utilizar para registar a mesma, e, foi dado ao mesmo, a oportunidade de escolher o local da entrevista gravada e filmada. Esta teve lugar na Associação de Surdos do Porto.

Os suportes audio-visuais utilizados foram o gravador de cassetes com microfone de lapela, para que não se perdesse nenhuma palavra, e a câmara de vídeo, para que fossem aproveitados todos os gestos e expressões. Pelo à-vontade demonstrado, podemos realçar que, os meios usados, não se mostraram de forma alguma inibidores.

A recolha da história de vida foi feita em duas sessões, uma delas gravada e filmada. Outras conversas informais foram usadas, no sentido de, serem esclarecidas dúvidas surgidas na construção da narrativa a apresentar.

No decorrer das entrevistas realizadas foi pedido ao entrevistado que falasse sobre a sua experiência, enquanto membro da comunidade surda, tendo sempre presente a preocupação de aprofundarmos determinados aspectos que nos pareciam importantes para o estudo em causa. (*ver anexo no fim*).

Não foi necessário recorrer a um intérprete de Língua Gestual, em virtude de conhecermos um pouco esse meio de comunicação e, do nosso entrevistado dominar bem a Língua Oral. Utilizamos a escrita, quando não nos fazíamos entender.

A nossa intervenção foi quase nula, limitamo-nos a introduzir os temas, encaminhando a entrevista, deixando o entrevistador falar à vontade das questões que lhe eram colocadas.

2.4. Fases da construção da História de Vida

Depois de reunidos os relatos do material biográfico, este foi passado a texto escrito, colocando-nos novas questões. Tentando conservar a sua originalidade e convictos da

necessidade de tomar o texto apresentado o mais próximo possível do original, decidimos seguir a proposta de (Poirier e al, 1999:61).

TRANSCRIÇÃO

Esta foi uma tarefa exaustiva que constitui na passagem do material em bruto da História de Vida falada, para o texto escrito. Inicialmente, foi feito o registo na íntegra do discurso, com erros de linguagem, pausas e silêncios. De seguida, anotou-se o texto, preencheram-se as lacunas, deixadas em branco na altura da transcrição.

RELEITURA

Fez-se uma nova leitura. Suprimiram-se as interjeições, repetições inúteis, palavras sem seguimento. Foi rectificadada a pontuação e a ordem dos termos e colocadas as maiúsculas. Tivemos sempre o cuidado de conservar a originalidade do texto escrito e a subjectividade da narrativa oral.

ORGANIZAÇÃO DA NARRATIVA

Nesta fase procedeu-se ao ordenamento do discurso, para que fosse possível apresentar uma narrativa mais legível e compreensiva, colocando uma ordem temática e, de alguma forma, cronológica no texto, dando a conhecer as razões da organização preconizada, sem contudo sermos obsessivos e rigorosos na nossa escolha. Esta ordem temática resultou de uma análise prévia do conteúdo, com categorias tiradas da narrativa.

APRESENTAÇÃO FINAL DA HISTÓRIA DE VIDA

Passou-se à elaboração do texto final na primeira pessoa, reproduzindo tanto quanto possível o discurso fiel do narrador. De seguida, procedeu-se à relação dialéctica entre teoria e história de vida, no sentido de procurar através desta experiência vivenciada, as formas de implicação do entrevistado, em todas as situações de envolvimento que estão presentes no seu percurso de vida.

2.5. Análise de conteúdo

As entrevistas realizadas trouxeram-nos um abundante conjunto de informações, de factos significativos, colocando-nos o problema de os organizar e interpretar, no sentido de dar sentido à diversidade dos discursos.

A análise de conteúdo pareceu-nos o recurso mais apropriado para levar a cabo um trabalho minucioso de análise porque *“nas suas diferentes modalidades, a análise de conteúdo tem um campo de aplicação muito vasto (...) podendo incidir sobre comunicações, de forma muito diversa”* (Quivy e Campeuhoudt, 1992:227).

Ainda segundo os mesmos autores, esta, pode ser utilizada para a análise das ideologias, dos sistemas de valores, das representações e das aspirações, bem como da sua transformação, obrigando o investigador a manter uma certa distância em relação a interpretações espontâneas e pessoais. Isto enquadra-se perfeitamente no nosso estudo.

Optamos então, por analisar o conteúdo da biografia, que é *“essencialmente o que pode exprimir-se nos textos e nos discursos, ou seja (...), o sentido, ou por outras palavras, as «maneiras» de ver as coisas, os tipos ou os sistemas de percepção”* (Albarello et al, 1995:2157).

Para esse efeito, utilizamos *“um instrumento que permite efectuar uma série de operações destinadas à interpretação de um corpus abundante, multiforme e recheado de informações e, (...) dar um sentido a este conjunto de factos, sem reduzir a riqueza das significações.”* (Poirier et al, 1999:107)

Toda a trajetória de vida comporta um grande número de informações, de acontecimentos, que requer um meio capaz de favorecer a exploração dos dados e uma interpretação subjectiva. Essa exploração deve ser feita através da análise de conteúdo, que *“funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.”* (Bardin, 1995:153).

E como cada biografia é um caso particular, é nosso objectivo situarmo-nos nessa singularidade, utilizando um conjunto de operações práticas que assegurem um rigor metodológico, através da construção de grelhas ou sistemas de categorias, que nos levem a uma interpretação do material recolhido.

Procedemos assim a uma análise qualitativa das informações que recolhermos, no sentido de dar resposta aos objectivos que orientaram a nossa pesquisa. Estabelecemos para esse efeito categorias e unidades de análise, que no decorrer do processo de análise do material, permitiram-nos interpretar os dados em forma de “ideias-chave”, resultantes da leitura dos relatos produzidos.

A nossa reflexão foi entrelaçando os dados colhidos na história de vida com o discurso de alguns autores, portanto, cruzando a teoria com a prática.

Foram utilizados na categorização, fragmentos da História de Vida devidamente assinalados por H.V.

3

CAMINHOS E PROCESSOS VIVIDOS NUMA HISTÓRIA DE VIDA

3. PROCESSOS VIVIDOS NUMA HISTÓRIA DE VIDA

Como tudo começou ... “hoje ouvia, no dia seguinte estava surdo”

Eu fiquei surdo tinha que ficar. As pessoas por vezes, associam certos números a certas superstições. No dia em que fiz treze anos de idade, no próprio dia do meu aniversário, fiquei surdo.

O meu tipo de surdez é uma surdez total, bilateral, causada por meningite purulenta. Estive dois dias em estado de coma, quando abri os olhos, já não ouvia. Por vezes há tipos de surdez que atacam as pessoas ouvintes e que as vão fazendo perder a audição gradualmente, possibilitando-lhes ainda alguma defesa. A minha foi de imediata, o choque foi mais violento, mais brutal.

O que senti eu? Agora já passaram muitos anos, já eu próprio me sinto um bocadinho mais neutral. Mas o que sentimos com treze anos, na força da vida? Um dia corria e saltava, era um dos melhores estudantes do antigo Liceu D. Manuel II, hoje Rodrigues de Freitas, recebia até com outros quatro alunos, uma bolsa de estudos. O que é que eu sentia? Hoje ouvia, no dia seguinte estava surdo.

Eu não conhecia nenhuma pessoa surda, não sabia nada sobre a surdez e de um dia para o outro estava surdo. Nesse dia fiquei com muitos problemas naturais, familiares. Nos primeiros tempos esses problemas foram maiores que a própria surdez. Fiquei desanimado, perdi o interesse por muitas coisas, perdi a alegria de viver, afastei-me dos amigos. Durante dois anos o que me custava mais era ver o sofrimento dos meus familiares, principalmente da minha mãe, como ela ficou! Ficou muito preocupada e isso custou-me imenso.

“Escolhi o Liceu porque me disseram que era mais difícil ... eu gostava de desafios”

O meu percurso escolar foi igual ao de qualquer criança. Os meus pais matricularam-me na escola primária, tinha eu seis anos. Por azar, poucos dias depois de terem começado as aulas, fui atacado por uma pneumonia. Estive internado no Hospital de Santo António durante alguns dias. Deram-me como curado e a respectiva alta. Mas não estava curado, tive uma recaída, uma pleurisia húmida que me originou problemas graves na pleura. Estive Internado mais trinta dias a respirar artificialmente e a tomar antibióticos. Depois estive mais três meses em recuperação no Hospital da Prelada. Os médicos disseram que eu podia vir a ter problemas, mas não especificaram que tipo de problemas. Passados alguns anos os meus dentes mudaram e ficaram estragados. Mas eu penso que a surdez que me atingiu também pode ter a ver com os medicamentos que tomei.

Já depois de ficar surdo, alguns médicos que me analisaram, investigando a minha história clínica, disseram que esses problemas e os antibióticos podem ter provocado a surdez.

Perdi, salvo erro três meses, mas quando fui à escola já atrasado, esforcei-me bem e acabei a primeira classe como o melhor aluno da turma. A partir daí não tive problemas, fiz a escola primária em quatro anos. Depois fiz o exame de admissão, antigo exame de admissão à Escola Técnica e ao Liceu, passei nos dois e escolhi o Liceu, porque me disseram que era mais difícil. Eu gostava de desafios.

Frequentei o Liceu quase três anos até ficar surdo, sempre no ensino regular. Depois de ficar surdo, nunca estive numa escola especializada.

Um dia tive que abandonar os estudos. Nesse tempo não tínhamos nenhum apoio, não havia nada. Se eu quisesse continuar a estudar, tinha que fazer os exames como os ouvintes. Era impossível para mim fazer as provas orais de língua estrangeira. Como é que eu ia aprender a

pronunciar o Inglês? Já tinha quase três anos de Francês, já o dominava mais ou menos, não tinha grandes problemas. Mas como eu, mais tarde, iria superar as minhas dificuldades com o Inglês?

Fiquei surdo quase no fim do segundo período escolar, continuei até ao fim do ano sem problemas. Os professores também ficaram sensibilizados. No ano seguinte desisti. Andei dois anos, mais ou menos a vegetar, desiludido comigo, desiludido com o mundo. Tentei suicidar-me até.

Nunca nenhum professor me marcou negativamente. Na Escola Primária bons professores marcaram-me positivamente pelas experiências que me transmitiram. Lembro-me de uma, a professora Margarida. Depois de ter ficado surdo, já estava casado, tinha eu vinte anos encontrei-a na rua, mas ela já não se recordava de mim. Quando lhe disse quem era eu e que estava surdo, ela lembrou-se, abraçou-se a mim. Já tinha noventa e tal anos, era uma maravilha como professora e ser humano!

“Se eu tivesse continuado a estudar podia ajudar muito mais a comunidade surda”

Por volta dos dezasseis anos conheci a minha esposa que também ficou surda devido a uma meningite sofrida aos dois anos de idade. Ela estava internada numa escola de Ensino Especial, no Instituto Araújo Porto. Era aluna semi-interna, só saía aos fins de semana. Eu conheci-a lá dentro numa das visitas que lá fiz.

A madre superiora dessa escola tinha longas conversas comigo. Numa delas pediu-me que fosse estudar para padre em Espanha. Há vários padres surdos em Espanha, eu conheço um que é meu amigo. As freiras pediram-me, ofereceram-se para me pagarem os estudos e eu dizia:

“Se eu for padre, vou ser uma desgraça, vou passar a vida a andar atrás de vocês ou das mulheres. É melhor não.”

Às vezes arrependo-me de não ter aproveitado. Estudava, frequentava uma escola especial em Salamanca, antes de me ordenar padre, pirava-me com os estudos. Em Portugal era difícil estudar, em Espanha era mais fácil.

Se eu tivesse continuado a estudar, podia ter tido acesso ao Ensino Superior, podia ter actualmente uma profissão melhor que me permitisse ajudar muito mais a comunidade surda.

Podia, quiçá, ser advogado, como os amigos surdos advogados que eu tenho na Bélgica, na América, em vários países. Em Portugal não conheço nenhum.

“Profissionalmente, não tive problemas ... eu tenho uma máxima: uma coisa ou se faz bem feita ou não se faz”

Dos quinze aos dezasseis anos trabalhei como encadernador numa litografia.

Um dia, um familiar meu arranjou-me emprego numa tipografia no Porto. Tinha eu dezasseis anos quando fui trabalhar como tipógrafo antigo compositor manual. Disseram-me que era uma profissão difícil, mas eu não tive nenhum problema. Ao fim de quatro anos estava a ganhar tanto como os melhores profissionais dessa empresa.

Profissionalmente, não tive problemas, esforçava-me sempre naquilo que fazia, porque eu tinha uma máxima: “uma coisa ou se faz bem feita ou não se faz”. Eu sou assim, esforço-me sempre por dar o máximo em tudo.

Durante dezasseis anos fui tipógrafo, mas tinha amigos surdos, alguns mais velhos que passavam a vida a chatear-me a cabeça. Um deles, que é o melhor pintor que eu conheço - um pintor surdo que nunca se decidiu, nunca se arriscou a participar em exposições. Eu lembro-me de quando o Papa veio a Fátima, esse pintor reproduzia as fotografias que saíram nos jornais e fazia quadros. Os administradores da VARIG queriam compra-lhe os quadros a todo o custo, não se importavam com o preço. O nome dele é António Ribeiro e é surdo. Também pintou o Salazar, apesar de detestar esse político.

Esse surdo começou a trabalhar como servente na Carris de Lisboa, a limpar autocarros. Há pouco tempo, reformou-se como chefe de secção de publicidade. Os surdos aproveitam sempre as oportunidades que lhes são dadas e trabalham. O problema é que muitas vezes não lhes dão chance de mostrarem as suas capacidades.

Esse meu amigo, ao longo dos anos dizia: “Baltazar tu és burro, tu és teimoso. Estás a trabalhar na tipografia e tens nível cultural para arranjares um emprego melhor. Candidata-te para outra coisa mais à tua altura”.

Tanto me pressionou que, um dia, tinha eu trinta e dois anos de idade, escrevi uma carta para o departamento de pessoal do Banco Borges & Irmão. Nessa carta, mandei o meu currículo e o da minha mulher, com as respectivas identificações. Digamos que talvez fosse o destino.

O Chefe de departamento do pessoal estava a ver o currículo da minha esposa e ficou surpreendido por ela ser natural de Sabrosa, Vila Real, portanto sua conterrânea. Chamaram-nos aos dois, marcaram-nos uma entrevista. Passada uma semana a minha mulher estava lá a trabalhar. Duas semanas depois, e aos trinta e dois anos, fui trabalhar para o Banco Borges & Irmão.

“Precisava urgentemente de mais habilitações”

Agora começava a surgir um novo problema. Eu tinha que trabalhar como administrativo, mas as minhas habilitações literárias eram ao nível do 6.º ano e não me davam para muito. Mas eu não desisti, tinha conseguido entrar para o Banco onde fui trabalhar nos arquivos da Sede, como contínuo. Isso, estar dentro do Banco, para mim era o principal.

Matriculei-me na Escola Soares dos Reis. Eu andava a estudar à noite, os meus dois filhos gémeos frequentavam a mesma escola de dia.

Nesse tempo, a Escola Soares dos Reis era frequentada durante o dia, por muitos surdos no curso de Artes Decorativas. Vários professores trabalhavam com classes de surdos, mas no horário nocturno nenhum desses professores prestava serviço.

Eu precisava de possuir o 9.º ano de escolaridade, mas quando fui matricular-me concluí que os cursos que me possibilitavam isso não tinham muito a ver com as minhas necessidades. Escolhi um que me desse o 9.º ano com urgência e em paralelo fui aperfeiçoar as minhas habilitações profissionais antigas. Foi tirar um curso de formação profissional nas artes gráficas. Aproveitei uma opção que tinha abandonado há pouco e foi aperfeiçoar-me no mesmo. Não restava outra alternativa.

Felizmente tinha um bom domínio da Língua Portuguesa escrita e falada e assistia às aulas normais. No início de cada aula, perguntava aos professores a matéria que iria ser dada e estudava-a pelo livro, o que me causava um esforço muito grande. É que um bom professor transmite muitas páginas, uma lição inteira, em meia dúzia de frases, agora eu tinha que meter as páginas todas na cabeça.

Lembro-me dos testes de História que fazíamos, em média três por período, Nove testes por ano. Tive três anos de História, portanto fiz vinte e sete testes. Em todos tive vinte valores. Os

professores desconfiavam. Eu próprio, quando os testes eram devolvidos ia conferir pelo livro. Estavam palavra por palavra como nos livros, porque eu esforçava-me e metia tudo na cabeça. Quando precisava, tinha que pegar nas coisas assim.

È por isso que eu agora me preocupo muito com os surdos que vão progredindo nos estudos sem terem uma comunicação eficaz com os professores. Têm que sofrer muito e como eu nunca tive Ensino Especial, sei que não é fácil.

Normalmente, é quase universal, quase geral, que pouca gente se sente realizada na profissão que tem. Quando era encadernador não estava satisfeito, era demasiado fácil. Mas foi um desafio para mim ir para tipógrafo, compositor manual, porque era uma profissão que exigia arte. Actualmente quase já não existe essa profissão, acabou com a era da informática. Eu aperfeiçoei-me ao máximo e senti-me realizado.

Fui trabalhar para o Banco e não tive problemas. Gostei imenso, fui promovido várias vezes, por mérito. O que me aborrecia era não ter acesso às acções de formação. O Banco tinha acções de formação periódicas, mas eu nunca fui a nenhuma. Os meus superiores não me propunham por ser surdo, é “normal”. Eu aprendia bem as coisas com os colegas e com os superiores.

Mesmo assim sempre senti que me tratavam em plano de igualdade, com o senão apontado.

Quando trabalhava nas artes gráficas respeitavam o meu trabalho, mas não me respeitavam muito como pessoa. Numa oficina de artes gráficas o nível cultural é baixo.

No Banco era diferente, a maior parte dos bancários tem um nível cultural mais elevado e já sabem respeitar as diferenças das pessoas. Dentro do Banco, fui sempre tratado com respeito.

“A partir desse dia comecei a preocupar-me com a resolução dos problemas colectivos da comunidade surda”

Consegui superar de certa forma o sentimento que se abateu sobre mim ao ensurdecer, quando fui trabalhar com surdos que não falavam e não dominavam bem a Língua Oral, mas usavam a Língua Gestual para comunicarem, na empresa litográfica.

Eu não conhecia minimamente a Língua Gestual. Comecei logo a interessar-me pelos meus colegas surdos e a conviver com eles. Um deles, o mais idoso levou-me a uma Associação de Surdos que existia no Porto, O Grupo Desportivo dos Surdos-Mudos do Porto. Fui lá e ao fim de mais ou menos uma semana de convívio, ao saber que esse meu amigo tinha ficado surdo de tenra idade e não tinha tido quase nenhum apoio no acesso à educação, comecei a superar esse sentimento que se tinha abatido sobre mim aquando da minha surdez, porque pude constatar que eu tinha tido sorte em relação a tantos outros.

Talvez a surdez que me atacou tenha sido a minha missão, talvez tenha sido um sinal do destino.

A partir desse dia esqueci os meus problemas pessoais e comecei a preocupar-me com resolução dos problemas colectivos da comunidade surda, porque ao tentar resolvê-los, também me beneficiava e eu defendo que a nossa luta deve ser colectiva e não particular. Até agora passaram trinta e três anos e eu continuo aqui.

Digamos que, superei a desilusão que me atacou quando fiquei surdo, por achar que havia muitas pessoas surdas que tiveram mais azar do que eu.

Comunidade surda / comunidade ouvinte: “A barreira da comunicação separa os nossos mundos”

Eu defendo que existem duas características para se pertencer a uma comunidade surda - uma é dominar a Língua Gestual e a outra é a surdez. Isto é uma opinião pessoal, por isso não significa que todos os surdos se identifiquem com ela.

Para mim as duas são importantes.

Porquê a Língua Gestual? Normalmente as comunidades de surdos organizam-se à volta de associações representativas. O que nos faz ir lá conviver é estarmos entre iguais e usarmos uma Língua comum.

Mas, não fiquem a pensar que para pertencer a uma comunidade de surdos é preciso ser surdo e conhecer a Língua Gestual, pois não é só isso. Para nos reunirmos é muito mais importante existir uma consciência colectiva.

Eu conheço surdos que “preferiam ouvir” e quase só convivem com ouvintes. No entanto há pessoas ouvintes que se identificam connosco, gostam de conviver e trabalhar no nosso meio, preocupam-se com os nossos problemas mais do que com os dos ouvintes. Essas pessoas têm o direito de pertencer à comunidade surda.

Não sei se todos os surdos pensam desta maneira, mas a maioria dos líderes já partilha desta opinião. Há muitos ouvintes que têm consciência do que é a surdez e preocupam-se em ajudar a resolver os nossos problemas. Esses deveriam pertencer à nossa comunidade, assim como há surdos que deveriam pertencer à comunidade ouvinte porque é com ela que se identificam.

Cada qual é livre de escolher o seu caminho e tentar viver no mundo que adoptar como seu.

Por vezes sinto-me pertencer a dois mundos, dividido. Muitos surdos, mesmo na própria comunidade, até na Associação, não me sentem como um deles, vêem-me como uma pessoa ouvinte, porque eu falo e privilegio a Língua Oral. Como vivi até aos treze anos numa comunidade ouvinte é lógico que a Língua Oral é a minha língua mãe, mas eu respeito muito a Língua Gestual .

Exprimo-me mais fluentemente e consigo transmitir melhor o meu pensamento, oralmente. Quando tenho de o expor através de gestos tenho mais dificuldade, embora domine perfeitamente a língua gestual.

Algumas vezes, cada vez menos vezes..., quando vou fazer palestras ou reuniões com surdos, levo intérpretes para eles transmitirem por mim. Não tenho portanto dificuldade em expressar-me oralmente porque essa foi a minha primeira língua, ao contrário da maioria dos surdos que têm como Língua Mãe, a Língua Gestual. E é essa a grande barreira que separa os nossos mundos - a barreira da comunicação. Se encontrarmos maneira de eliminar esse obstáculo, acabam-se os principais problemas que nos separam.

É por isso que nós afirmamos ser uma comunidade cultural e linguística própria, é assim que gostamos de nos identificar, porque pensamos que as grandes diferenças entre os nossos mundos é a forma como comunicamos. Os ouvintes comunicam oralmente, os surdos gestualmente.

“Vi logo uma coisa: os surdos estavam a ser enormemente discriminados”

Apesar de ser relativamente jovem, quando foi trabalhar aos quinze anos, constatei logo que a comunidade surda no Porto, estava muito atrasada em relação à comunidade ouvinte.

Tinha deixado de ouvir e de estudar há dois anos atrás e sabia tanta coisa com treze anos! E os surdos de trinta, quarenta anos, apresentavam um nível cultural tão baixo. Preocupou-me imenso ver a comunidade surda no Porto, tão subalternizada.

Quando comecei a contactar com surdos, com os problemas deles, com as histórias que contavam das suas experiências profissionais e da sua vida familiar, verifiquei logo que eram vítimas de uma discriminação profunda.

Há trinta e três anos que eu vivo com a comunidade surda, participo nas suas actividades, tenho sido um Líder que luta pelos seus direitos e deveres e concluo que ainda há discriminação, posso mesmo afirmar que o 25 de Abril ainda não chegou a muitos aspectos da vida das pessoas surdas.

Essa discriminação torna-se muito evidente em relação ao ensino. Actualmente um surdo que quer estudar, matricula-se numa escola. Mas onde estão os professores especializados? Onde estão os apoios de que o jovem surdo necessita para estudar em plano de igualdade com os ouvintes? E, sem certas habilitações não há acesso profissional a nada. Com tantas barreiras os jovens surdos à partida, encontram obstáculos ao seu futuro.

Eu ligo o televisor e onde estão as legendas e a Língua Gestual para os surdos entenderem o que estão a ver? Um invisual pode sentir-se da mesma forma discriminado, porque não vê.

Uma criança nasce surda, nasce cega ou deficiente motora. A que vai provavelmente encontrar mais dificuldade de acesso a tudo é, na minha opinião, a criança surda. A invisual e a deficiente motora vão seguindo os instintos, vão ouvindo os sons e tomando conhecimento com o mundo dos ruídos. O cérebro vai registando. A criança surda tem mais dificuldades em conseguir um futuro de integração plena. Existe uma barreira muito grande entre ela e o mundo - não ouve os sons.

O surdo não sabe o que é o vento, a brisa. Eu já ouvi e agora quando vejo as filhas de uma árvore a abanar, consigo “ouvir” o barulho do vento. Vejo as ondas do mar a desfazerem-se na praia e consigo “ouvi-las”. É a memória auditiva que eu tenho no cérebro.

As comunidades de surdos organizadas à volta de Associações representativas

Quem participa nas Associações de Surdos são primordialmente os próprios surdos. Quando eu vim para cá, com quinze anos, a Associação que existia no Porto era um “ghetto”, mas um “ghetto” por vontade dos próprios surdos. Eles fechavam-se e não gostavam que as pessoas ouvintes entrassem na Associação nem tivessem conhecimento da Língua Gestual. Só aceitavam familiares ouvintes, porque esses ajudavam quando era preciso.

Normalmente, as crianças ouvintes filhos de pais surdos, têm como primeira língua a Língua Gestual e não a Oral, porque os pais só usam gestos para se exprimirem e não falam oralmente com elas. Desde os primeiros tempos, essas crianças vão-se adaptando e começam a integrar a comunidade surda, sendo bem recebidas no seu seio.

Mas, naquele tempo, os surdos fechavam-se e eu apesar de ter poucas referências acerca dos seus usos e costumes, achava aquilo errado porque pensava que quanto mais fechados, em relação ao mundo ouvinte, pior seria.

Comecei então a colaborar com eles, a ajudar no que podia e um dia decidi avançar para a presidência, em conjunto com uma equipa de jovens surdos que pensavam positivamente como eu. Vimos que essa forma de agir estava errada e fomos mudando as coisas ao longo dos anos.

Pus sempre a Associação, a comunidade surda, à frente dos meus interesses pessoais, dos interesses da minha família. Quando olho para trás vejo que a minha mulher foi mãe e pai dos meus filhos, porque eu dediquei todos os meus tempos livres à comunidade surda.

Hoje, as portas da Associação estão abertas a todos os ouvintes. Temos até muitos ouvintes que vêm aqui, mostram vontade em se inscreverem como sócios e participam. Nunca os estatutos da Associação fizeram discriminação entre surdos e ouvintes. Nos mesmos nada impede um ouvinte de ser presidente.

“Se eu visse uma pessoa ouvinte avançar para a presidência, aceitava claro”

Temos certas regras táticas, é normal. Não gostava de ver uma pessoa ouvinte a ser Presidente da Associação de Surdos, mas nada impede que isso aconteça, porque sócio é sócio, tem os mesmos direitos e os mesmos deveres, independentemente de ser ouvinte ou surdo. Não fazemos discriminações. Eu penso que a comunidade surda deve ser a comunidade mais democrática que existe.

Se eu visse a avançar para a presidência, aceitava desde que fizesse uma lista de pessoas bem identificadas com a comunidade surda e apresentasse um projecto válido. Mas, se não visse outra alternativa, candidatava-me eu outra vez com uma lista capaz de os vencer nas urnas. Se eu perdesse, dava-lhes os parabéns.

Na minha opinião, os surdos devem gerir os seus destinos porque conhecem melhor as suas necessidades, os seus anseios, mas qualquer pessoa pode participar numa Associação de Surdos.

A comunidade surda é vista pelos ouvintes do ponto de vista médico

O ouvinte vê a comunidade surda por um prisma discriminativo que nós não aceitamos. Normalmente, vêem-nos do ponto de vista médico e, a esmagadora maioria dos médicos definem-nos como uma comunidade de pessoas com problemas nos ouvidos, portanto doentes. Para os médicos a surdez é uma doença.

Mas a maior parte dos surdos que se identificam com a comunidade surda, vêem a surdez de forma muito diferente, não como doentes. Eu penso que nós somos uma minoria cultural e linguística, possuidores de uma língua própria - a Língua Gestual - e uma cultura própria - a cultura dos surdos.

Tenho discutido isso com alguns médicos. Costumo reunir uma vez por mês com uma comissão que investiga os implantes cocleares. Um dos participantes é o Doutor Rui Nunes que é o Director de Serviço de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina do Porto. Como médico ele defende um ponto de vista, como responsável da comissão de ética, tem outro ponto de vista. Ele costuma ouvir as minhas opiniões.

“Eu votava em consciência se algum dia visse um deputado surdo na Assembleia da República”

Durante a minha vida tenho acalentado um sonho, uma ideia persegue-me há muito tempo, gostava de ver um dia um deputado surdo na Assembleia de República. Se ele me desiludisse, eu seria o primeiro a criticá-lo.

Sou um cidadão de pleno direito e exerço o meu direito de voto com sapos na boca. Eu tenho que votar em determinado partido político, é claro. Tenho as minhas escolhas políticas e quando vou votar penso nos vários candidatos que aparecem. Se estivesse lá uma pessoa

surda, eu podia votar mais em consciência, porque sabia de antemão que esse deputado podia defender bem os meus direitos.

Na época de eleições os partidos políticos lembram-se de nós para pedirem os nossos votos. Tenho visto alguns deputados que até mostram interesse pelos nossos problemas, mas estão amarrados à disciplina partidária e aos interesses da comunidade ouvinte.

Há um ano atrás, por volta das três horas da manhã, a BBC emitiu um programa sobre surdos. Por coincidência eu acordei com insónias e vi o programa, tenho pena de não ter tido a possibilidade de o gravar em vídeo. Fiquei a saber, que no Quebec há um deputado surdo que não consegue falar oralmente, só comunica através da Língua Gestual, mesmo assim foi eleito e desempenha o seu mandato. Eu percebi que esse deputado defende os direitos das pessoas surdas e... ouvintes. Está lá, no Parlamento do Quebec, para defender os direitos de todos os cidadãos, e é uma voz directa dos surdos. O programa foi transmitido com tradução gestual o que me possibilitou compreender tudo.

“Se aceitam os meus votos, também têm de aceitar o direito à minha candidatura”

Há cerca de dois ou três anos estive em Viseu nas comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência “20 Anos de Constituição, 20 Anos de Reabilitação”. Um professor da Universidade de Coimbra, que teve um contributo na redacção da actual Constituição da República, falou de aspectos relacionados com certos direitos e deveres da pessoa com deficiência.

Eu pedi a palavra e perguntei-lhe: *“Sendo eu surdo, sinto-me responsável por votar e eleger. Então se aceitam os meus votos, também têm de aceitar a minha eleição, o direito à minha candidatura. Suponhamos que um dia eu me quero candidatar a um cargo político (Autarquia, Assembleia da República, Governo). No caso de concorrer e de ser eleito, o Estado Português tem obrigação de me facilitar os meios para eu exercer o meu cargo em plano total de igualdade com os ouvintes?”*

Muitas tinham sido as questões levantadas neste congresso. O professor respondeu a todas, a mim em primeiro lugar. Começou por elogiar a minha forma de falar, chamou-lhe «português antigo» e disse-me que, como cidadão português, o Estado tinha de me dar esse direito, era obrigado a isso.

“Agora o choradinho acabou. Temos que dar no sistema forte e feio”

Da segunda vez que o Mário Soares ganhou as eleições eu falei com alguns surdos para um de nós avançar com a candidatura à Presidência da República.

Sabíamos que era impossível sermos eleitos, mas aproveitávamos o tempo de antena, para dar no sistema. O choradinho acabou, temos que dar no sistema forte e feio. Podemos dar as nossas entrevistas, mas os tempos de antena têm que transmitir integralmente o que é dito, doa a quem doer.

Há muitos surdos em Portugal que podiam tentar, mas hesitaram em dar o passo, tinham medo de não reunirem condições? Que condições? Que eu saiba para ser candidato à Presidência da República basta ter mais de trinta e cinco anos, ser português há mais de oito anos, ter residência em Portugal e saber ler e escrever.

A política da comunidade surda é a defesa do surdo. Nós temos que unir as vozes e não desistirmos. Era muito importante ter alguém lá dentro. Um surdo na Assembleia da República ia pôr muitos cus a arder.

“Nós, os surdos, temos uma identidade comum e uma cultura própria”

Tenho alguma dificuldade em definir a cultura surda. Principalmente porque é uma coisa que se sente mais que tudo, uma coisa que pode ser difícil de explicar. Talvez um surdo profundo, ou que tenha ficado surdo de tenra idade, possa exprimir melhor o que é a sua cultura.

Muita da cultura dos ouvintes está contida em lendas e narrativas. Algumas estão escritas mas, a maior parte são transmitidas de pais para filhos. Como sabe a nossa Língua Gestual não pode ser escrita, é uma língua visual, por isso a nossa cultura vai sendo também transmitida de geração em geração, através da Língua Gestual.

Nós os surdos temos uma identidade comum. Essa identidade comum obrigou-nos a criar uma cultura própria que tem muito a ver com a forma de comunicação partilhada entre nós, de surdo para surdo. A Língua Gestual é a principal forma de transmissão da nossa cultura.

A cultura dos surdos diverge de região para região. Nada significa que a cultura dos surdos no Porto seja a mesma cultura dos surdos de Lisboa. O mesmo se passa com a cultura Transmontana que é diferente da cultura das pessoas de Entre Douro e Minho.

A literatura da Cultura dos Surdos, contada na língua Gestual do país ou da região, consiste nas histórias, lendas, fábulas, anedotas, poesia, peças de teatro, piadas, rituais de dominação, jogos de gestos e muito mais. Muita dela diz respeito, directa ou indirectamente à opressão exercida pelas pessoas ouvintes sobre as pessoas surdas. Essa opressão está presente na nossa cultura.

Através da literatura gestual, uma geração passa para a geração seguinte a sua sabedoria, os seus valores, o seu orgulho, reforçando assim os laços que unem as gerações. Deste modo, a leitura gestual é, num certo sentido, uma tradição oral e apenas pode ser registada em filmes ou vídeos ou ser traduzida para a escrita, mas é difícil. Há muitas histórias, anedotas que na Língua Gestual têm riqueza, mas traduzidas perdem a sua verdadeira riqueza e graça.

Visto que a Língua Gestual não é uma língua escrita, as publicações em língua escrita (jornais, revistas e livros escritos por pessoas surdas) desempenham um papel importante na história da cultura dos surdos. Em Portugal é quase inexistente, o que os nossos surdos escrevem, principalmente os surdos da minha geração. Nunca registei as entrevistas deste género nem as palestras que tenho feito.

Instituições particularmente importantes para o crescimento e desenvolvimento da Cultura dos Surdos, têm sido as numerosas Associações e Clubes existentes em todo o mundo e as escolas de internato. De momento, essas escolas estão a desaparecer. Dentro dos internatos havia força, os surdos estavam sempre em contacto uns com os outros e criavam a tal identidade comum. A geração da minha idade que viveu em internatos, defende a Cultura dos Surdos, as gerações mais novas, que nunca frequentaram essas escolas, que estiveram integradas em turmas do ensino regular, mostram um certo desinteresse pela sua cultura particular.

Uma particularidade da nossa vivência habitual enquanto minoria, é que raramente partilhamos a nossa identidade com os nossos pais e mais tarde com os nossos filhos. Os meus pais foram ouvintes e os meus filhos também o são. Normalmente 90 % das pessoas surdas nascem em famílias de ouvintes e 90% de casais surdos têm filhos ouvintes. Por isso é que as escolas de internato desempenhavam um papel importante na transmissão da Língua e Cultura dos surdos. O seu encerramento tem vindo a causar alguma preocupação à comunidade surda.

Outra característica marcante da comunidade surda é a taxa elevada de casamentos endogâmicos (pessoas com as mesmas características), estima-se que nove em cada dez membros da comunidade surda casam com outros membros do seu grupo cultural.

“Educação de crianças surdas. Que ensino é esse?”

Talvez eu não seja a pessoa mais indicada para falar da educação da criança surda, mas defendo, que o sistema de instrução escolhido deve sempre privilegiar a Língua Gestual.

No meu entender, os próprios alunos surdos devem ter o direito de escolher o sistema que preferem. Os pais, os familiares, os professores deviam questionar as crianças sobre as suas opções, tendo a preocupação de colocar a Língua Gestual acima de tudo e não colocando crianças de 4, 5 e 6 anos onde querem sem as auscultar...

Enquanto não houver comunicação eficaz professor ouvinte/aluno surdo, o ensino nunca poderá ser eficaz. Um professor só pode transmitir conhecimentos a uma criança surda, através da Língua Gestual.

O grande mal da comunidade ouvinte é não aceitar isso. Nós, surdos profundos, não podemos aprender a ouvir, vocês, ouvintes, podem aprender a Língua Gestual para acabar de vez com a barreira da comunicação. O passo principal, o passo decisivo, o passo de aproximação tem que ser dado pela comunidade ouvinte que deve aprender a Língua Gestual. Nós estamos disponíveis para ensinar.

Normalmente fazem as coisas ao contrário, começam por ensinar a criança a falar, a fazer leitura labial e isso torna-se muito difícil. Muitos deles dizem-me que não percebem nada do que se passa nas aulas. Depois o sistema de ensino está bastante fraco. Temos muitos surdos que acabaram o 12º ano, com média positiva e não sabem nada.

Eu concordo que o Ensino Especial e os professores especializados usem os meios audiovisuais e todos os meios de apoio ao seu alcance, para ajudar o aluno surdo a ter acesso ao ensino. Tudo o que for para ajudar, está bem. Mas não deviam facilitar-lhes demasiado a vida, não podem fazer-lhes exames que são uma porcaria, porque assim eles ficam com um canudo, e não percebem nada de nada.

Estou preocupado com os que possuem o 12º ano e não têm conhecimentos. Criam-lhes exames especiais, depois quando eles vão a uma entrevista para se candidatarem a um emprego, atrapalham-se. Isto está muito mal. Tenho questionado alguns professores sobre isso.

Alguns dias atrás passei a tarde a conversar com surdos que acabaram o 12º ano. Fiquei parvo com o seu nível cultural. O que se passa na escola? Que sistema de ensino é este?

Os professores podem não ser os únicos culpados. Muitos, quando são colocados de imprevisto numa escola, desconhecem que vão trabalhar com surdos. Quando deparam com esta realidade, ficam inseguros e aflitos. É-lhes pedido um grande esforço que leva o seu tempo. Quando estão quase habituados/habilitados, vão-se embora, são colocados noutra Escola...

“Eles arranjavam os ovos, nós o resto dos ingredientes”

Eu conheço professores que sacrificam os fins de semana para se inscreverem em cursos de Língua Gestual, procurando desta forma, respostas às angústias vividas quando enfrentam um grupo de alunos surdos. Não concordo com isso. As Direcções Regionais de Educação é que deviam lhes facultar esse acesso. A Associação de Surdos do Porto tem entregue propostas de trabalho à respectiva Direcção Regional que visam colmatar essa lacuna. Não tem encontrado boa vontade.

Aqui, na região norte há grande escassez de intérpretes de Língua Gestual e quase não existem formadores. Preocupado com esse problema, há três anos atrás pedi uma entrevista à

DREN, propondo o seguinte: *“eles arranjavam os ovos, nós dávamos o resto dos ingredientes e fazíamos uma omelete.”*

Essa proposta constava da formação específica de 8 a 10 monitores surdos de Língua Gestual, num curso acelerado. Pensámos que ao fim de 6/8 meses estes surdos estavam preparados para ensinar a Língua Gestual. Claro que era necessário dinheiro para pagar às pessoas que iam trabalhar neste projecto. A DREN não arranjou.

Mais tarde, apresentamos nova proposta, já mais evoluída, já a longo prazo, dirigida a técnicos e professores. Até hoje não nos responderam...

“Tenho as minhas dúvidas sobre o Ensino Integrado”

Sobre o Ensino Integrado, tenho as minhas dúvidas. Será que os ouvintes aceitam bem os surdos? E os surdos aceitarão a companhia dos ouvintes? Os professores interrogam-se sobre isto?

Na escola de Paranhos perguntei aos alunos surdos se gostavam de estar nas turmas com ouvintes. Todos me responderam que nas aulas de Desenho e de Educação Física, sim, mas nas outras não. Nesta escola, os surdos não gostam de estar com ouvintes, não se sentem bem.

Integrar surdos em turmas do Ensino Regular pode ser benéfico, porque os aproxima das crianças ouvintes e quanto mais cedo se der essa aproximação, melhor. As crianças mais novas são mais sensíveis e podem ajudar-se mutuamente. Mas os surdos só aceitam a integração nessas turmas porque são obrigados. Eles preferiam estar em turmas só de surdos.

Por sua vez, os professores gostam de trabalhar seguindo directivas superiores, mas podiam de vez em quando, escutar a opinião da população surda já mais adulta. Se eu fosse estudar hoje, preferia estar numa turma só de surdos, desde que os professores ensinassem de modo apropriado, era mais fácil para mim, claro.

“As Associações de surdos têm um papel muito importante e estão disponíveis”

Nas Associações tentamos mentalizar os jovens para não terem complexos de inferioridade. Nós defendemos que somos iguais e dizemos aos jovens que não são inferiores por estarem privados da audição.

Fazemos-lhes ver a riqueza da sua Língua Mãe. Por vezes é difícil mentalizar a juventude de que a única diferença está na forma de comunicar, porque os direitos, esses são iguais.

Actualmente existem muitos riscos para a juventude em geral – a droga, doenças sexualmente transmissíveis... Se é difícil afastar os jovens ouvintes disso, os jovens surdos são muito mais influenciáveis devido à falta de comunicação, à falta de acesso à informação, à rádio e a televisão.

Perguntei a alguns professores se queriam nas escolas, acções de sensibilização periódicas aos surdos, onde fossem abordados temas relacionados com Educação Sexual.

A Escola de Paranhos parece ter ficado interessada e a partir de Setembro, vai pedir periodicamente à Associação de Surdos, que mande alguém falar sobre determinados temas.

“No dia em que os médicos derem provas científicas de que os implantes cocleares são totalmente positivos...”

Quando um casal de ouvintes tem um filho surdo, cometem frequentemente um erro - seguem só as orientações do médico e não se dirigem às Associações de Surdos para falar connosco e auscultar também a nossa opinião. E nós estamos sempre disponíveis para ajudar.

Já fui mais duro no que diz respeito aos implantes cocleares. Há poucos anos atrás eu negava-me mesmo a falar do assunto. Agora estou mais brando. Se for um cidadão adulto que queira fazer um implante, tudo bem. Não posso é concordar que seja feito um implante a uma criança.

Se ainda tinha algumas dúvidas, no dia em que estive em Lisboa num ciclo de conferências sobre implantes cocleares, elas dissiparam-se. Numa dessas conferências, fazia parte da mesa, a Presidente da Associação de Apoio aos Implantes Cocleares. Nós estávamos a discutir os prós e os contras dos implantes. Um filho dessa senhora tinha sido submetido a essa nova técnica. Um senhor que se encontrava ao meu lado, perguntou a essa senhora como é que ela classificava o filho após o implante - se era surdo ou ouvinte. Ela respondeu que o filho continuava sendo surdo. Então eu pensei que se uma criança surda corre, brinca, joga, come como as outras crianças, para quê colocar-lhe um implante?

O que mais me preocupa nos implantes é o prisma psicológico. Como é que a criança vai crescer e como é que se vai identificar mais tarde? Será surda ou ouvinte? A que mundo vai pertencer ? Por isso eu continuo a ser contra o implante coclear numa criança.

Há anos atrás, foi-me sugerido pelo meu superior hierárquico no Banco onde trabalhava, que fizesse um implante. Encontrar-se-iam os necessários apoios para pagar tudo. Não tive coragem para o fazer. O implante custa sete mil contos. Eu disse que não queria. Já me identifico mais com a comunidade surda. Talvez não aceitasse mudar para o mundo dos ouvintes. Vivo muito e sinto a consciência colectiva da comunidade surda.

No dia em que a comunidade médica der provas científicas que os implantes positivos, talvez eu mude de ideia. Pode até ser, que da maneira que a tecnologia está a evoluir, exista qualquer dia um ouvido artificial, mesmo nesse dia vou ser contra, porque não quero meter coisas estranhas dentro de mim, nem que o façam nas nossas crianças.

Uma criança nasce surda, tem uma Língua própria, tem uma cultura própria, tem um mundo próprio. Deixem-na ser feliz como é. A felicidade da criança surda não é a felicidade da criança ouvinte. Os seus mundos são separados e específicos. Para quê modificá-los? Porque não tentam tornar surda, uma criança ouvinte? Era justo? No meu ponto de vista é a mesma coisa.

A classe médica não quer acabar com a surdez, quer isso sim acabar com os surdos e com a comunidade surda. Os milhares de contos que gastam com investigação de implantes, de aparelhos, deveriam ser gastos na implementação de um programa específico e nacional de Língua Gestual. Ao fim de uma ou duas gerações acabava-se o problema da comunicação. Deviam lançar uma experiência piloto, uma disciplina de Língua Gestual numa escola primária com crianças ouvintes em uma ou duas turmas do 1.º ano. Eu gostava de assistir.

Acabando com a surdez, acabam com a nossa comunidade, a nossa história, a nossa cultura. Meu Deus, querem acabar com os surdos. Como é que um dia vamos transmitir as nossas histórias?

Eu sei que muitos surdos gostariam de ouvir, é a mentalidade deles e cada um tem o direito a viver conforme os princípios que defende. No entanto, eu não me arrependo da maior parte das decisões que tomei na vida. Tornava a dar quase todos os passos que dei.

Aos treze anos, Deus fez-me surdo. Desde então, tenho sido muito feliz.

4

ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VIDA

4. ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VIDA

1. Contextos de experiências sociais: percurso escolar, profissional e político

1.1. Que educação para as crianças / jovens surdos?

É visível no decorrer da narrativa, a expressão do sentimento de que a educação das crianças surdas, apesar de ter passado por diversas fases ao longo dos tempos, nem sempre tem ido ao encontro dos desejos da comunidade surda. Na opinião do nosso entrevistado a escola, em vez de minimizar as diferenças, vem tornando mais evidentes as desigualdades.

Através do seu relato, Baltazar torna claro que enquanto ouvinte, não demonstrou dificuldades de aprendizagem e teve um percurso escolar satisfatório, os problemas só surgiram quando ficou surdo e não recebeu nenhum tipo de apoio.

“Era um dos melhores alunos do antigo Liceu D. Manuel II, recebia até (...) uma bolsa de estudos” H.V:17).

“Fiquei surdo quase no fim do segundo período escolar, continuei até ao fim do ano sem problemas” (H.V:18).

“Um dia tive que abandonar os estudos. Nesse tempo não tínhamos nenhum apoio, não havia nada. Se eu quisesse continuar a estudar tinha que fazer os exames como os ouvintes. Era impossível para mim fazer as provas orais de Língua estrangeira. Como é que eu ia aprender a pronunciar o Inglês?” (H.V:17-18).

É certo que os surdos têm sido prejudicados pela sociedade, ao longo dos tempos, devido aos problemas de comunicação que apresentam e *“foram desde a antiguidade considerados estúpidos e incompetentes para herdarem casa e receber instrução, vindo assim negados os seus direitos fundamentais.”* (Coelho, 1998:21).

As pessoas surdas defendem que, quando integradas na sociedade ouvinte, sofrem a violência de serem obrigados a aprender a sua forma de comunicar e, são privados de usar gestos, por os considerarem *“inadequados e opostos aos objectivos educativos”* Marchesi; 1987: 184).

Com efeito, durante muito tempo o ensino de crianças surdas foi feito através do método oralista e as conclusões do Congresso de Milão em 1880, foram no sentido de institucionalizar a educação oral, como sendo a melhor via para a educação dos surdos. Encontramos na biografia recolhida, detalhes que tornam evidente o quão prejudicial tem vindo a ser esse tipo de ensino e o quanto é importante ouvir a opinião dos surdos no que respeita à sua instrução.

“Eu agora preocupo-me muito com os surdos que vão progredindo nos estudos sem terem uma comunicação eficaz com os professores. Têm de sofrer muito.” (H.V:20).

“No meu entender, os próprios alunos surdos devem ter o direito de escolher o sistema de ensino que preferem. Os pais, os familiares, os professores deviam questionar as crianças sobre as suas opções, tendo a preocupação de colocar a Língua Gestual acima de tudo.” (H.V:26).

Lane, 1997:103) parece partilhar desta opinião ao afirmar: *“A educação é um campo de batalha onde as minorias linguísticas ganham ou perdem os seus direitos.”* Este autor defende ainda a importância da participação dos surdos na escolha da sua educação e acrescenta *“uma minoria tem uma palavra a dizer na condução da educação dessa mesma minoria”* e *“quando as crianças são instruídas na sua língua materna (...) a educação é melhor sucedida, as*

aspirações a carreiras são maiores (...) as crianças crescem adaptadas e orgulhosas da sua identidade minoritária.” (idem 104).

Mas, ao analisarmos este percurso de vida fica-nos a dúvida quanto aos processos utilizados, pois Baltazar é convicto ao afirmar:

“Normalmente fazem as coisas ao contrário. Começam por ensinar a criança a falar, a fazer leitora labial e isso torna-se muito difícil. Muitos alunos dizem-me que não entendem nada do que se passa nas aulas.” (H.V:26).

Durante os últimos anos tem-se assistido à defesa da educação dos alunos surdos na escola regular, entendendo-se a escola como sinónimo de homogeneidade e valorizando o ensino individualizado, tendo em vista o respeito pela diversidade.

Mas, a possibilidade de integração de alunos surdos profundos tem sido motivo de polémica. Segundo Marchesi (1987:301) os opositores à integração apontam algumas razões para tal preocupação : os recursos existentes numa escola normal, a pouca individualização do ensino, professores sem preparação, problemas apresentados a nível da comunicação que conseqüentemente prejudicam a informação recebida e também no convívio com ouvintes, a não utilização da Língua Gestual.

Nós acrescentaríamos as condições criadas na escola, para uma verdadeira inclusão, destacando-se a criação de pequenos núcleos de surdos, e o convívio com monitores e adultos surdos.

O que ressalta da análise feita ao material recolhido da história de vida é que, o nosso entrevistado, apresenta uma postura de oposição à integração das crianças surdas no sistema regular de ensino, o que provavelmente resulta da não existência das condições atrás referidas. Isto torna-se claro quando Baltazar questiona:

“Sobre o Ensino Integrado, tenho as minhas dúvidas. Será que os ouvintes aceitam bem os surdos? E os surdos aceitam a companhia dos ouvintes?” (H.V:27)

“Na escola de Paranhos perguntei aos alunos surdos se gostavam de estar nas turmas de ouvintes. Todos me responderam que nas aulas de Desenho e Educação Física, sim, nas outras não. Nesta escola os surdos não gostam de estar com ouvintes, não e sentem bem”. (H.V:27).

Constatar esta realidade, fez-nos levantar algumas questões:

- *Porque será, que os alunos surdos, se sentem bem em algumas aulas e noutras não?*
- *Será que, na situação de ensino/aprendizagem de Educação Física e Desenho, os problemas de comunicação não afectam os resultados alcançados pelos alunos surdos?*
- *Será que, os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas, influenciam o interesse dos alunos surdos pelas mesmas?*
- *Será que, a relação professor/aluno nas diferentes áreas disciplinares, tem influência na motivação dos alunos surdos em cada uma delas?*
- *Será que, as estratégias de organização do processo ensino /aprendizagem nas diferentes áreas disciplinares, influencia o interesse e os resultados que os alunos surdos obtêm em cada uma delas?*

Talvez as respostas às questões formuladas possam constituir um apreciável contributo de reflexão, sobre a forma como se organiza o processo de ensino/aprendizagem dos alunos surdos e, simultaneamente, construir o mote para futuros estudos.

Sendo assim, e porque estão em causa os direitos dos surdos num possível percurso de emancipação, retomamos o nosso discurso, contrapondo os argumentos dos defensores da integração. Estes, por sua vez, apontam um conjunto de vantagens da mesma: favorecimento da comunicação oral devido ao contacto com ouvintes, adaptação social, organização da escola regular para atender e dar resposta em condições adequadas às necessidades das crianças surdas.

Neste sentido Baltazar refere ainda que:

“Integrar surdos em turmas do Ensino Regular pode ser benéfico, porque os aproxima das crianças ouvintes e quanto mais cedo se der essa aproximação, melhor. As crianças mais novas são mais sensíveis e podem ajudar-se mutuamente. Mas os surdos só aceitam a integração nessas turmas porque são obrigados. Eles preferiam estar em turmas só de surdos” (H.V:27).

“Por sua vez, os professores gostam de trabalhar seguindo directivas superiores mas podiam de vez em quando, escutar a opinião da população surda já mais adulta. Se eu fosse estudar hoje, preferia estar numa turma só de surdos, desde que os professores ensinassem de modo apropriado, era mais fácil para mim, claro”. (H.V:27).

De certa forma, a posição defendida por Baltazar justifica-se, porque, para que seja possível uma correcta inclusão a sociedade/escola não pode seguir só a via da adaptação do surdo à perspectiva do ouvinte, mas, ser flexível, respeitando e valorizando a opinião da comunidade surda, proporcionando aos alunos surdos uma educação bilingue, garantindo assim uma resposta mais adequada às suas características específicas.

No nosso entender, os professor/educador deve deixar a criança/jovem surdo comunicar da forma que ela sabe e esforça-se no sentido de aprender a comunicar com ela respeitando a sua língua natural - a Língua Gestual, que se desenvolve no contacto e nas trocas comunicativas.

Sendo assim, *“A educação e o ensino da criança surda deve começar pela Língua Materna que é no nosso país, a Língua Gestual Portuguesa, prosseguindo com a escrita e só depois com a Língua Oral do seu país. A isto damos o nome de Comunicação Total ao serviço da educação bilingue/multicultural da criança surda”* (Bettencout e Soares; 1994:49).

Partilhando a opinião dos autores citados, apraz-nos constatar que, apesar de ainda não existirem monitores e intérpretes de Língua Gestual em número suficiente, em Portugal, a comunidade surda, ganhou a batalha do reconhecimento oficial da Língua Gestual Portuguesa, com a inclusão do art.º 74.º, na Constituição da República Portuguesa.

1.2. À procura de uma profissão...

Baltazar conta no seu percurso de vida com experiências representativas de um lutador, que não cruza os braços perante os desafios. Essa postura traduz-se nas decisões que toma para ascender profissionalmente e na procura de atingir a perfeição em tudo o que faz, tornando-se claro no seu relato:

“Profissionalmente não tive problemas, esforçava-me sempre no que fazia, porque eu tinha uma máxima: uma coisa ou se faz bem feita ou não se faz”. (H.V:18).

Nesta perspectiva, a trajetória em estudo é marcada pelo significado que foi sempre atribuído às vivências nas diferentes profissões exercidas, o valor dado a cada uma, um grande apego, empenhamento e vontade de vencer. A luta apresenta-se ao nível do percurso individual e da trajetória colectiva, no apoio e reivindicação dos anseios da comunidade surda.

“Quando era encadernador não estava satisfeito, era demasiado fácil. Mas foi um desafio para mim ir para tipógrafo, compositor manual, porque era uma profissão que exigia arte. (...) Eu aperfeiçoei-me ao máximo e senti-me realizado.” (H.V:20).

“Fui trabalhar para o Banco e não tive problemas. Gostei imenso, fui promovido várias vezes, por mérito.” (H.V:20).

Este parece ser um percurso profissional bem sucedido, o mesmo não se verifica em relação a todos os surdos. Está implícita no desenrolar da narrativa, a preocupação de Baltazar para com outras pessoas que nasceram surdas ou ficaram surdas muito novas, não tendo, por esse facto, acesso à educação, nem oportunidade de escolha profissional.

“Quando comecei a contactar com surdos, com os problemas deles, com as histórias que contavam das suas experiências profissionais e da sua vida familiar, verifiquei logo que eram vítimas de uma discriminação profunda”. (H.V:22).

Na opinião de Coelho, (1998:12) os *“surdos têm efectivamente dificuldades em encontrar emprego e problemas de comunicação com os empregadores quando se candidatam a um posto de trabalho.”*

Pelo que transparece desta trajetória de vida, os surdos têm sido vítimas de desvantagem nas suas escolhas profissionais e, frequentemente prejudicados devido à barreira da comunicação e à singularidade que possuem, enquanto minoria cultural e linguística.

“De um modo geral, constatamos que o acesso à educação, serviços públicos e outros direitos, são comumente negados, ou restringidos às pessoas com deficiência, no entanto, parecem ser no mercado de trabalho que estas encontram os maiores obstáculos e barreira à sua integração”. (Coelho, 1997:74).

Ainda segundo estudos realizados pela mesma autora, verifica-se que, relativamente aos meios de obtenção de emprego, a maior percentagem o conseguiu através de familiares, de amigos e só poucos o devem à escola ou à sua própria iniciativa.

A forma como o nosso entrevistado conseguiu arranjar o seu primeiro emprego enquadra-se perfeitamente nesta análise, o que é ilustrado nas suas declarações:

“Um dia, um familiar meu arranjou-me emprego numa tipografia do Porto”. (H.V:18).

1.3. Direito de cidadania – participação política

Qualquer cidadão, membro pertencente a determinada organização social, beneficia de direitos civis, sociais, e políticos. Nesse sentido, a declaração dos direitos do homem (1948), reconhece: *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos (...) sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião política ou outra, origem nacional ou social, de nascimento ou de qualquer outra situação...”* (Santos, 1999:5).

Mas, todos nós sabemos que, na relação entre os indivíduos, o direito à igualdade, à liberdade, à vida, à segurança pessoal, à cultura, à paz e tantos outros, nem sempre são praticados e vividos.

Ficou claro, no discurso de Baltazar que os surdos, apesar de serem respeitados os seus direitos fundamentais, são algumas vezes discriminados, no que respeita à educação e ao percurso profissional. Em relação à política, os surdos, tal como todas as pessoas, usufruem do direito à livre expressão do seu pensamento, mas é muito difícil conseguir uma participação mais activa nos destinos do país.

Através da narrativa, apercebemo-nos de que, eles vêm sentindo a necessidade de exercerem o seu direito de participar mais energeticamente na vida política, sem contudo terem conseguido que lhe seja dada essa oportunidade, num nível de igualdade com os ouvintes e em áreas de primordial importância, na defesa dos seus direitos e deveres. Baltazar dá-nos testemunho disso:

“Sou um cidadão de pleno direito e exerço o meu direito de voto com sapos na boca”. (H.V.23).

“Então se aceitam os meus votos também têm de aceitar a minha eleição, o direito à minha candidatura.” (H.V:24).

Temos conhecimento que, existe em todo o mundo alguma legislação que tem como meta mudar atitudes, criando políticas defensoras dos interesses sociais, culturais e profissionais dos surdos, mas, a mesma, tem-se mostrado insuficiente, pois não respeita a capacidade de iniciativa dos surdos, na procura de resolução dos seus próprios problemas.

E, apesar de toda a vontade demonstrada por Baltazar em participar dinamicamente na vida política do nosso país, realizando um objectivo há muito ambicionado, ele tem enfrentando a insegurança de alguns membros da comunidade a que pertence. O seu relato é atravessado por um misto de desilusão e revolta, quando diz:

Há muitos surdos em Portugal que podiam tentar, mas hesitaram em dar o passo, tinham medo de não reunirem condições? Que condições?” (H.V:24).

Segundo a perspectiva de Baltazar, qualquer surdo que saiba ler e escrever, tenha mais de trinta e cinco anos e seja Português pode candidatar-se a um alto cargo político (Presidência da República). Mesmo sabendo que nunca irá ganhar, deve aproveitar todas as regalias daí resultantes, no sentido de defender os direitos da comunidade surda.

Apesar de considerarmos legítimas essas reivindicações, sabemos que, de certa forma, é difícil e quase utópico a representação de todas as minorias nos altos cargos políticos de um país, quando todos os candidatos de todos os partidos políticos se auto-intitulam *“defensores de todos”*.

No entanto, Baltazar acredita que mesmo sendo difícil mudar mentalidades, os surdos como actores sociais, devem caminhar com segurança conquistando os lugares a que têm direito. No seu entender:

“A política da comunidade surda é a defesa do surdo. Nós temos que unir as vozes e não desistirmos. Era muito importante ter alguém lá dentro. Um surdo na Assembleia da República (...).” (H.V:24).

“Se estivesse lá uma pessoa surda, eu podia votar mais em consciência porque sabia de antemão que esse deputado podia defender bem os meus direitos” (H.V:23-24).

A exemplo de outros países que têm surdos na Assembleia da República, o nosso entrevistado acredita na possibilidade de, em Portugal, os surdos ascenderem a cargos políticos, para defenderem todos os cidadãos mas, serem principalmente a voz directa dos seus iguais: os surdos.

2. Retrato de um mundo diferente e singular.

2.1. Comunidade surda

As pessoas surdas, tendem a juntar-se entre si, formando associações, onde desenvolvem actividades variadas. Essas associações são centros de convivência e de realização de actividades de ocupação de tempos livres, são espaços onde os surdos se sentem realizados e orgulhosos de pertencerem a um grupo com o qual podem comunicar, através da Língua Gestual. A participação nestas associações depende em grande medida do nível de perda auditiva e da distância ou proximidade dos centros urbanos mais importantes do país.

Um dos factores que originam a formação de comunidades surdas é portanto, a utilização da Língua Gestual como forma de superar um possível isolamento, devido aos problemas que o surdo apresenta, relativamente à comunicação.

Em associações representativas, eles encontram a possibilidade de interagirem socialmente superando as suas dificuldades, sentindo-se bem, entre iguais. Através desta integração podem partilhar experiências e informações sobre assuntos de interesse comum.

“Eu defendo que existem duas características para se pertencer a uma comunidade surda - uma é dominar a Língua Gestual e a outra é a surdez” (H.V:21).

“Normalmente as comunidades de surdos organizam-se à volta de associações representativas. O que nos faz ir lá conviver é estarmos entre iguais e usarmos uma Língua comum” (H.V:21).

No entanto, Soares, J.C. (1997:16), em entrevista ao Jornal «A Página» esclarece que nem todos os surdos se identificam com a comunidade surda e que a esta também podem pertencer pessoas ouvintes. Em sua opinião *“A Comunidade Surda é um conceito antropológico e linguístico, são os falantes de Língua Gestual Portuguesa, é uma minoria linguística do nosso país. E os filhos ouvintes de pais surdos também fazem parte dela, porque aprenderam a Língua Gestual, desde miúdos, para comunicar com os Pais.”*

A partilha dessa opinião pode ser observada através dos relatos feitos pelo narrador:

“Mas, não fiquem a pensar que para pertencer a uma comunidade de surdos é preciso ser surdo e conhecer a Língua Gestual, pois não é só isso. Para nos reunirmos é mais importante existir uma consciência colectiva” (H.V:21).

“Há muitos ouvintes que têm consciência do que é a surdez e preocupam-se em ajudar a resolver os nossos problemas. Esses deveriam pertencer à nossa comunidade (...) porque é com ela que se identificam” (H.V:21).

É também frequentemente abordada na biografia, a dificuldade relativa à barreira que separa o mundo ouvinte do mundo surdo.

Mas, só através da *“Língua Gestual a pessoa surda ultrapassa os efeitos incapacitantes sociais, emocionais e cognitivos da perda auditiva e encontra a via para a Integração da sua diferença e a construção da identidade própria de alguém com necessidades pessoais e culturais específicas” (Garcia, 1998:32).*

No nosso entender, a sociedade deverá ser flexível, não obrigando o surdo a adaptar-se à perspectiva do ouvinte, valorizando a opinião da comunidade surda, a sua forma simples de comunicação e fomentando a garantia de respostas adequadas às suas características específicas.

As palavras de Baltazar, pensamos resumirem o pensamento de muitas pessoas envolvidas na defesa desta causa.

“É por isso que nós afirmamos ser uma comunidade cultural e linguística própria, é assim que gostamos de nos identificar, porque pensamos que as grandes diferenças entre os nossos mundos, é a forma como comunicamos. Os ouvintes comunicam oralmente, os surdos gestualmente” (H.V:21).

Sendo a comunidade constituída por distintas comunidades, os surdos simplesmente ocupam um lugar na mesma, como minoria e *“centrando a resolução dos seus problemas na questão fulcral da comunicação, conseguindo que a sua cultura penetre e se deixe penetrar pela dos ouvintes, que esta e a sua língua sejam reconhecidas como património de um grupo minoritário, os surdos estão a afirmar-se como comunidade, e lutam pelo seu espaço, enquanto tal” (Coelho, 1998:13).*

2.2. Uma cultura própria

Reflectir sobre a particularidade da comunidade surda, tem sido o nosso principal objectivo. Sendo assim, no centro da problemática por nós definida, encontra-se a questão da cultura surda.

No discurso biográfico reconhece-se a complexidade de factores que devem ser considerados ao estudarmos uma comunidade de surdos, como um grupo de pessoas que partilham um meio de comunicação comum, a Língua Gestual ,e conseqüentemente uma cultura própria e específica.

“A nossa Língua Gestual não pode ser escrita, é uma língua visual, por isso a nossa cultura vai sendo transmitida de geração em geração, através da Língua Gestual” (H.V:25).

Segundo Lane (1997:33) *“Aplicar um modelo cultural a um grupo é invocar um âmbito conceitual bastante diferente. Implícito nesta posição estão questões tais como: Quais são os valores, as organizações interdependentes e a linguagem que caracteriza essa cultura? De que maneira é influenciada pelo meio físico e social no qual esta inserida?”*

Dentro desta temática as respostas de Baltazar são bastante esclarecedoras:

“A cultura dos surdos diverge de região para região. Nada significa que a cultura dos surdos no Porto seja a mesma cultura dos surdos de Lisboa” (H.V:25).

“A literatura da Cultura dos Surdos, contada na Língua Gestual do país ou da região, consiste nas histórias, lendas, fábulas, anedotas, poesia, peças de teatro, piadas, rituais de dominação, jogos de gestos e muito mais. Muita dela diz respeito, directa ou indirectamente à opressão exercida pelas pessoas ouvintes sobre pessoas surdas” (H.V:25).

“Através da literatura gestual, uma geração passa para a geração seguinte a sua sabedoria, os seus valores, o seu orgulho, reforçando assim os laços que unem as gerações” (H.V:25).

Olhando desta forma para a comunidade surda, podemos constatar que ela é, ao mesmo tempo diversa e una, plural e singular. Os seus membros consideram-se como pertencentes a uma organização social diferente, possuidores de uma história e de valores morais muito próprios, e donos de uma maneira de ser muito particular, mas admitindo diferentes formas de estar.

Na opinião de Marchesi, (1987:166) a educação de crianças surdas feita em colégios específicos para surdos, que aprendem a Língua Gestual favorece uma maior vinculação ao

mundo dos surdos e uma incorporação na sua comunidade. Encontramos na História de Vida fragmentos que reforçam esta posição:

“Instituições particularmente importantes para o crescimento e desenvolvimento da Cultura dos Surdos têm sido (...) as escolas de internato. (...) Dentro dos internatos havia força, os surdos estavam sempre em contacto uns com os outros e criavam a tal identidade comum. A geração da minha idade que viveu em internatos, defende a Cultura dos Surdos” (H.V:25).

Esta visão parece-nos traduzir, de certa forma, as diversas fases que tem passado a educação dos surdos, ao longo dos tempos. Inicialmente eram rejeitados pela sociedade devido aos problemas de comunicação que apresentavam e, é normal que eles se sentissem mais protegidos dentro dessas instituições. Além disso, a sociedade maioritariamente ouvinte, obrigava-os a usar o seu meio de comunicação, a fala, o que não acontecia nas instituições de surdos, onde podiam usar a Língua Gestual.

Da análise feita à história de vida, podemos constatar que, em relação à escola, a integração social dos surdos não tem sido fácil, pois o respeito pelas diferenças individuais, exige grandes mudanças das práticas educativas, no sentido de fazer com que todos se sintam bem.

No nosso entender, a verdadeira inclusão dos alunos surdos deve ter como meta a formação de adultos surdos competentes e não cidadãos fracassados. Assim, deve-se privilegiar uma integração em grupo, portanto, o contacto com os outros surdos, em detrimento da integração individual, muitas vezes responsável pelo isolamento e instabilidade emocional desses alunos.

É possível verificar através do relato biográfico, que, os alunos surdos integrados no ensino regular, apesar de contactarem diariamente com surdos e ouvintes, não mostram muito interesse no conhecimento e prática da cultura surda.

2.3. Uma identidade comum

Uma cultura é caracterizada por um conjunto de regras, de condutas, de valores que regem uma sociedade e que é transmitida inconscientemente, ou não, por essa mesma sociedade.

Então, quando numa família de ouvintes, nasce uma criança surda, na socialização primária aí realizada gera-se uma barreira comunicativa, que não favorece a construção de uma identidade autónoma. A família tem a função transmissora de comunicar um património cultural próprio do estatuto social onde está inserida. Mas como se processa essa transmissão quando a linguagem usada não é entendida por todos? De que forma, a criança vai desenvolver a sua própria personalidade no seio dessa família?

Defendemos que, para que uma criança surda, filho de pais ouvintes, não fracasse na construção da sua identidade, deve ser-lhe facultado o ensino da Língua Gestual, o conhecimento de outras pessoas surdas e, conseqüentemente a inserção no mundo onde provavelmente irá viver, o mundo dos surdos.

“A identidade dos surdos é ela própria muito importante, os surdos parecem concordar que uma pessoa que não seja surda nunca pode adquirir na totalidade aquela identidade (...) Falar e pensar como uma pessoa ouvinte é negativamente considerado na cultura surda” (Lane, 1997:32).

A esse propósito encontramos na narrativa detalhes que parecem colocar em evidência essa postura:

“Por vezes sinto-me pertencer a dois mundos, dividido. Muitos surdos, mesmo na própria comunidade, até na Associação não me sentem como um deles, vêem-me como uma pessoa ouvinte, porque eu falo e privilegio a Língua Oral. Como vivi até aos treze anos numa

comunidade ouvinte, é lógico que a Língua Oral é a minha Língua Mãe. Mas eu respeito muito a Língua Gestual” (H.V:21).

Possuidores de uma história de uma cultura particular, criando uma própria estrutura social, as pessoas surdas preocupam-se com as crianças também surdas e tentam substituir a incompreensão encontrada por elas, na sua família, pela solidariedade que habitualmente praticam.

Sendo assim, os surdos ao afirmarem-se como membros pertencentes à mesma comunidade, tendem a tomar decisões em grupo, com o objectivo de se ajudarem reciprocamente.

Na análise feita à trajectória de vida, encontramos excertos que definem com clareza a identidade surda.

“Nós os surdos temos uma identidade comum. Essa identidade comum obrigou-nos a criar uma cultura própria que tem muito a ver com a forma de comunicação partilhada entre nós, de surdo para surdo. A Língua Gestual é a principal forma de transmissão da nossa cultura” (H.V:25).

“Uma particularidade da nossa vivência habitual enquanto minoria, é que raramente partilhamos a nossa identidade com os nossos pais e mais tarde com os nossos filhos. (...) Normalmente 90% das pessoas surdas nascem em famílias de ouvintes e 90% de casais surdos têm filhos ouvintes” (H.V:25).

3. Modelo de enfermidade

Ao longo dos tempos, os ouvintes têm caracterizado a surdez como uma doença, portanto através de uma perspectiva médica. Esta visão, aceita como padrão, os valores das pessoas ouvintes, ao considerar de uma forma negativa, a diferença produzida pela surdez. Perante este modelo, os surdos têm sido vistos como um grupo com problemas de comunicação e “anormais” porque estão privados da audição.

No entanto, Helder Duarte, Presidente da Associação Portuguesa de Surdos, citado por (Coelho,1998:10) afirma: *“mais importante que encarar a surdez como uma doença a erradicar a todo custo, há que encará-la como um modo de vida, com uma cultura e língua própria”*

Mais uma vez, é fácil constatar, através das palavras de Baltazar, que ele comunga deste ponto de vista.

“O ouvinte vê a comunidade surda por um prisma discriminativo que nós não aceitamos. Normalmente, vêem-nos do ponto de vista médico e, a esmagadora maioria dos médicos definem-nos como uma comunidade de pessoas com problemas nos ouvidos, portanto doentes. Para os médicos a surdez é uma doença” (H.V:23).

Existe um contraste, por demais evidente, entre a perspectiva médica aplicada pelos ouvintes às pessoas surdas e, a perspectiva cultural defendida pelos surdos. Estes definem-se como um grupo que partilha uma comunicação visual comum, a Língua Gestual, que é a base para a sua identidade de grupo e uma cultura própria.

Esta opinião emerge igualmente do relato biográfico, através de afirmações que sustentam uma forma de encarar este mundo tão especial, segundo a mesma perspectiva.

“Mas a maior parte dos surdos que se identificam com a comunidade surda, vêem a surdez de forma muito diferente, não como doentes. Eu penso que nós somos uma minoria cultural e linguística, possuidores de uma língua própria - a Língua Gestual - e uma cultura própria - a cultura dos surdos” (H.V:23).

Seguindo o raciocínio de Lane (1997:33-34), aplicar o modelo médico ou cultural aos membros da comunidade surda, determina qual o tipo de atitude é assumida em relação à mesma, resultando dessa perspectiva ou uma postura opressiva, através do modelo médico, ou o respeito pelos seus valores/costumes e a linguagem que os caracteriza, através do modelo cultural.

3.1. Implantes cocleares: Milagre? Solução? Ou polémica?

Analisando este percurso de vida, podemos verificar que os surdos têm encontrado muitas dificuldades no acesso à educação, ao emprego, sendo-lhe mesmo negada, algumas vezes, uma justa igualdade de oportunidades para exercerem o seu direito de cidadania.

“Assim, não é de estranhar que a comunidade científica realize inúmeros esforços no sentido de minimizar as diferenças que nos separam, tentando dotar o surdo de alguma audição para que este adquira a oralidade e se insira na sociedade que o rodeia, uma vez vencida a barreira da comunicação” (Cordeiro,s/d:47).

Desta forma, nos últimos anos, tem vindo a fazer-se publicidade a um novo método de reabilitação das pessoas surdas, o implante coclear, que se resume na colocação de um sistema electrónico no interior do ouvido. Os que se submetem a esta «cura», ficam sujeitos a um longo treino, pois não conseguem captar os sons da mesma forma que as pessoas ouvintes.

Entretanto, e devido à falta de informação sobre o sucesso do implante, a comunidade surda tem vindo a discutir alguns prós e contras desta técnica de reabilitação, abrindo uma acesa discussão sobre o assunto.

Baltazar, como um dos líderes dessa comunidade, não foge à regra e mostra uma postura de total convívência com os seus, ao afirmar:

“Já fui mais duro no que diz respeito aos implantes cocleares. Há poucos anos atrás eu negava-me mesmo falar do assunto. Agora estou mais brando. Se for um cidadão adulto que queira fazer um implante, tudo bem. Não posso é concordar que seja feito um implante a uma criança” (H.V:28).

Apesar de já existir uma polémica aberta em relação aos implantes, a partir do momento em que ele é usado em crianças, erguem-se vozes de protesto e muitos insurgem-se contra esta forma de «curar» a surdez.

A Associação Portuguesa de Surdos citada por Cordeiro (s/d:48) refere que *“as crianças, não têm consciência do que lhes vai acontecer. Os pais empurram-nas para uma operação na esperança de tornar o seu filho ouvinte”*.

Sobre o assunto, o nosso entrevistado acrescenta:

“O que mais me preocupa nos implantes é o prisma psicológico. Como é que a criança vai crescer e como é que se vai identificar mais tarde? Será surda ou ouvinte? A que mundo vai pertencer? Eu continuo a ser contra o implante coclear numa criança” (H.V:28).

Defendendo esta perspectiva, The British Deaf Association, citada por Melo (1998:198) afirma que a implantação poderá afectar o *“sentido de identificação”* da criança, a qual *“poderá defrontar-se com o dualismo de não saber a que comunidade pertence, de surdos ou de ouvintes, de não saber que modelo seguir”*.

Mas, a mesma autora acrescenta que, o implante coclear facilita a inserção do surdo no meio social que o rodeia, na medida em que o dota de alguma oralidade.

O que ressalta da biografia é uma opinião de total contraste com o anteriormente referido.

“Uma criança nasce surda, tem uma Língua própria, tem uma cultura própria, tem um mundo próprio. Deixem-na ser feliz como é. A felicidade da criança surda não é a felicidade da criança ouvinte. Os seus mundos são separados e específicos. Para quê modificá-los?” (H.V:28).

Em perfeita sintonia com esta visão encontra-se Lane (1997:207) quando aponta algumas restrições ao implante em crianças. Entre outras ele enumera *“Percepção e produção limitada da fala (...) domínio limitado da Língua Gestual (...) dificuldade de comunicação no meio familiar (...) incapacidade para comunicação e conviver tanto com os amigos ouvintes como com amigos surdos: uma identidade incerta”*.

Baltazar vai mais longe na defesa da sua convicção, quando veemente se insurge contra a comunidade científica, acusando-a de contribuir para a extinção da comunidade surda.

“A classe médica não quer acabar com a surdez, quer isso sim acabar com os surdos e com a comunidade surda. Os milhares de contos que gastam com investigações de implantes, de aparelhos, deveriam ser gastos na implementação de um programa específico e nacional de Língua Gestual. Ao fim de uma ou duas gerações, acabava-se o problema da comunicação” (H.V:28).

“Acabando com a surdez, acabam com a nossa comunidade, a nossa história, a nossa cultura. Meu Deus, acabam com os surdos. Como é que vamos transmitir as nossas histórias?” (H.V:28).

Posteriormente à recolha da História de Vida, tivemos oportunidade de estabelecer um diálogo com Baltazar, recém-chegado da Austrália, onde se havia deslocado a um Congresso da Federação Mundial de Surdos, tendo acompanhado, com redobrada atenção, a área de direitos humanos. Segundo Baltazar, e, apesar de actualmente, se notar uma ligeira modificação no comportamento da comunidade surda mundial, no que se refere a aceitar já no seu seio surdos implantados, esta continua a ser contra esse método de reabilitação.

Por sua vez, Nunes et al (1998:49), citando o parecer da «National Association of the Deaf» sobre implantes cocleares refere que *“esta associação, não obstante considerar aceitável a sua utilização em adultos, condena a colocação de implantes cocleares em crianças deficientes auditivas. Não são apenas motivos de natureza doutrinária, como a existência e difusão de uma cultura dos surdos, que concorrem para esta argumentação”*. Existem, em sua opinião, *“graves lacunas de natureza científica, técnica e processual”*.

O mesmo autor conclui que, se futuros estudos provarem que esta tecnologia contribuirá para uma plena integração social e familiar da criança surda, os implantes cocleares devem ser incluídos na prestação básica de cuidados de saúde.

Sabemos que o tempo de treino e o possível afastamento, que geralmente isso implica, da Língua Gestual e da comunidade surda, são factores que pesam na decisão da colocação, ou não, dos implantes cocleares, em crianças. Então, porque não propor que a escolha, por parte dos pais, dessa técnica de reabilitação, não implique esse afastamento?

Em benefício de todos, porque não mobilizar surdos, pais e técnicos de saúde e educação, num diálogo profícuo e conciliador?

CONCLUSÃO

Ao finalizar o nosso trabalho de recolha e análise e, em jeito de conclusão cumpre-nos apresentar algumas considerações acerca do contributo do mesmo, na reflexão feita sobre a comunidade surda, enquanto minoria cultural e linguística.

Nesse sentido, pensamos ter conseguido transmitir uma atitude de análise e de questionamento sobre a comunidade surda, abrindo um caminho que nos levou à constatação da sua pertença a uma organização social diferente, possuidora de uma história, de valores morais e uma identidade própria que nem sempre tem sido respeitada, pelos ouvintes que a consideram inapropriada, como se pode inferir do discurso biográfico.

Em todo o relato, torna-se evidente a posição crítica de Baltazar, em relação à educação da criança surda e, de certa forma, surgem respostas às questões na construção da problemática. Na realidade, pode verificar-se, cruzando a opinião deste, com a visão de alguns autores que, a educação dos surdos, tem vindo a privilegiar a sua Língua Mãe nem lhe tem conferido o estatuto de Língua Natural.

Facilmente se pode observar no desenrolar da biografia, que os surdos têm sido enormemente discriminados no trabalho, devido à barreira de comunicação que os separa da comunidade ouvinte.

No que respeita à participação política, é óbvio que os ouvintes diminuem o poder dos surdos, quando lhes negam o direito de igual oportunidade de acesso, aos cargos políticos do país.

Pudemos constatar que a dimensão humana, o respeito pela dignidade, por uma linguagem e organização social diferente, direitos fundamentais de todo o ser humano, são muitas vezes postos em causa, pela sociedade dominante, neste caso, a comunidade ouvinte.

Foi-nos possível ainda tomar conhecimento da polémica gerada à volta da colocação de implantes cocleares em crianças surdas. Na análise feita, são apontados uma série de factores negativos a essa reabilitação. Entre outros, é feita referência, à crise de identificação, de que a criança pode ser vítima, no confronto entre dois mundos, ouvinte e/ou surdo.

Como já foi referido, ao escolhermos o método biográfico, como meio de investigação não tínhamos a pretensão de formular leis universais, nem comprovar hipóteses. Nesse sentido, e, apesar da nossa pesquisa se ter baseado numa única história de vida, esta parece-nos reflectir na perfeição e segundo os autores consultados, a forma especial de ser e estar da comunidade surda.

Temos consciência de que as interrogações surgidas durante a nossa pesquisa, contribuíram para um aprofundar de conhecimentos deveras enriquecedor e, que dada a complexidade das relações existentes dentro da comunidade surda, outros assuntos deveriam ser tratados.

Fica-nos a certeza de que a nossa sede de conhecimento não foi de todo saciada e que, as dificuldades encontradas, provavelmente levar-nos-ão à construção de novos projectos.

Convictos da necessidade de adoptarmos uma postura de constante questionamento, terminamos sublinhando o quão gratificante foram para nós as situações vivenciadas e as aprendizagens adquiridas, através de uma trajectória de vida tão rica e especial.

BIBLIOGRAFIA

- ALBARELLO et al(1992): *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva
- ALVES, L. (1999): *Os surdos também ouvem*. In Revista Pública, 7 de Fevereiro
- AMARAL, M.A., COUTINHO, A.E., MARTINS, M.R.D. (1994): *Para uma gramática da Língua Gestual Portuguesa*. Lisboa: Editorial: Caminho
- ARAÚJO, H.C. (1990): *Procurando as Lutas escondidas através das Histórias de Vida*. In Cadernos de Consulta Psicológica, n.º 6, pp 33-44. Porto
- BARDIN, L. (1977): *Análise de conteúdo*. Edições 70
- Bettencourt, J. e CATARINO, J. (1994): *Língua Gestual Portuguesa: Língua de uma Minoria Linguística*. In Revista Integrar, n.º 4. Lisboa: IEFP, pp 49 e 52-55
- CATARINO, J. (1997): *“Guia” a Página pelos caminhos da Língua Gestual Portuguesa, a segunda Língua do País*. In Jornal A Página da Educação
- CIPRIANI, R. (1988): *Biografia e Cultura: da Religião à Política*. In Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil). São Paulo: Edições Vértice, pp 106-122
- COELHO, O. (1998): *(E) Depois da Escola (?) Formação, Auto-Formação e Transição para a vida activa dos Surdos em Portugal*. Tese de Mestrado. FPCEUPorto
- COELHO, O. (1998): *Deficiência Auditiva. Desenho de um Programa*. ESEPorto
- CONDE, IDALINA (1993): *Problemas e virtudes na defesa da biografia*. Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 13, pp 39-57. Lisboa.
- CORDEIRO, O. (S/D): *Num mundo de silêncio*. In Revista Pais e Filhos
- CORTESÃO, L. e STOER, S. (1994): *A possibilidade de «acontecer» formação -potencialidades de investigação -acção*, Monte da Caparica: comunicação apresentada no Colóquio “Estudo actual da investigação em Formação”, S.P.C.E.
- DOMINICÉ, P. (1998): *A biografia Educativa: Instrumento de Investigação para a Educação de Adultos*. In O Método (Auto)Biográfico e a Formação: Nóvoa, A. e Finger, M. (organização). Lisboa. D.R.H.S, pp 101-106
- ERTING, C.J. et al (1996): *The Deaf Way - perspectives from the international conference on Deaf Culture*. Gallaudet University
- FERRAROTTI, F. (1983): *Histoire e Histoires de vie - la méthode biographique en Sciences Sociales*. Paris, Méridiens
- FERRAROTTI, F. (1988): *Sobre a Autonomia do Método Biográfico*. In O método (Auto)Biográfico e a Formação. Nóvoa, A. e Finger, M. (organização). Lisboa: D.R.H.S, pp 19-34
- GARCIA, R. (1998): *Surdez e comunicação: Eu tenho um sonho virado para o futuro*. In Cadernos de Educação de Infância. A P.E.I.
- LAFON, J.C. (1989): *A deficiência auditiva na criança*. Editora Manole Limitada
- LANE, H. (1997): *A máscara da benevolência: A comunidade surda amordaçada*. Horizontes pedagógicos
- LEITE, C. e TERRASÊCA, M. (1995): *Ser Professor num contexto de Reforma*. Cadernos Pedagógicos
- MAGALHÃES, M.J.S., FONSECA, M.C.P. e OLIVEIRA, O.G. (1991): *História de Vida de uma operária da Indústria Corticeira: Construção das Identidades através de Diferentes Processos Educativos*. Organizações não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
- MARCHESI, A. (1987): *El desarrollo cognitivo y lingüístico de los niños sordos*. Perspectivas educativas. Alianza Editorial
- MARCHESI, A., COLL, C., PALACIOS, J. (1990): *Desarrollo psicologico y educacion, III. Necesidades educativas especiais y aprendizaje escolar*. Alianza Psicología
- MELO, A. (1998): *Aspectos jurídicos dos implantes cocleares*. In Controvérsias na Reabilitação da Criança Surda. Rui Nunes coordenação). Fundação Eng. António de Almeida

- MELO, A.P. et al (1986): *A criança Deficiente Auditiva. Situação Educativa em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian
- NÓVOA, A. (1988): *A Formação tem de passar por aqui: As Histórias de Vida no Projecto Prosalus*. In O Método (Auto)Biográfico e a Formação. Nóvoa, A. e Finger, M. (organização). Lisboa. D.R.H.S, pp 107-130
- NÓVOA, A. (1994): *Pessoas e Memórias nas Histórias de Vida*. In Educação Sociedade e Culturas. Revista da Associação de Sociologia e Antropologia da Educação, pp 206-208. Edições Afrontamento
- NÓVOA, A. (1995): *Vidas de Professores*. Colecção Ciências de Educação. Porto Editora
- NUNES, R., RODRIGUES, M. e RODRIGUES (1998): *Reabilitação Auditiva na Infância. Poderes e Limites da Intervenção Médica*. In Controvérsias na Reabilitação da Criança Surda. Rui Nunes (coordenação). Fundação Eng. António de Almeida
- PRATA, M.J. (1980): *Mãos que falam*. Publicação do Laboratório de Fonética da Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa
- POIRIER et al (1999): *Histórias de Vida: Teoria e Prática*. Celta Editora
- QUIVY, R., CAMPEUHOULDT, L. (1992): *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva
- SACKS, O. (1990): *Vendo Vozes*. Rio de Janeiro. Imago Editora
- SANTOS, B.S. (1997): *Um discurso sobre as Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento
- SANTOS, M.E.B. (1999): *Editorial. Direitos Humanos: Educação para a cidadania*. In Revista Inovação, volume 12, n.º 1. Ministério da Educação. Instituto de Inovação Educacional
- SILVA, M.J.F.S.P.M. (1997) : *Percurso de Formação através de uma História de Vida*. Dissertação de mestrado em Ciências de Educação (Formação e Desenvolvimento para a Saúde). F.P.C.E.U.P.
- SIMON, J. (1991): *A Integração Escolar de Crianças Deficientes*. Edições ASA

5

ANEXO

GUIÃO DE ENTREVISTA

- *Com que idade ficou surdo?*
- *Qual o tipo de surdez?*
- *O que sentiu?*
- *Como conseguiu superar esse sentimento?*
- *Qual o percurso escolar?*
- *Escola regular ou especializada?*
- *Algum professor o marcou?*
- *Como?*
- *Como reagiu a família à surdez?*
- *Qual a profissão que exerceu?*
- *Sentiu-se realizado?*
- *Em termos profissionais, o que gostaria de ter sido?*
- *Quando tomou contacto, pela primeira vez, com uma comunidade de surdos?*
- *Quais as características de uma comunidade de surdos?*
- *Existem critérios de incorporação na comunidade surdos?*
- *Quem participa nas Associações de surdos?*
- *O que é a cultura dos surdos?*
- *Como deve ser a instrução das crianças surdas?*
- *Deve ser Bilingue?*
- *Qual a sua opinião sobre os implantes cocleares?*